

## GLOBALIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

**3.1 Estado e a relação social da produção. 3.2 A intervenção política do Estado na economia. 3.2.1 As formas de intervenção do Estado. 3.2.2 O uso dos instrumentos ideológicos e repressivos: o conteúdo político das funções econômicas do Estado. 3.3 A criação de novos espaços à reprodução do capital. 3.3.1 As transformações no mundo do trabalho. 3.3.2 O cenário mundial do capital e os ciclos econômicos no último quarto do século XX. 3.3.3 Espaço e tempo à reprodução do capital. 3.3.4 A produção industrial militar e a necessidade do “consumo destrutivo. 3.4 O mercado da violência**

Os processos de globalização que conduziram à atual crise de identidade da civilização, isto porque os interesses do grande capital – traduzida na militarização e hierarquização das potências hegemônicas – intensificaram a perversa e excludente política social e humanitária, produziram uma intensa deflagração do fenômeno da mercantilização dos direitos sociais, com a conseqüente e inevitável vulnerabilidade dos direitos humanos.

Esta é a relação que precisa ser feita. É preciso entender esse imbricado jogo. A par da visível recessão<sup>1</sup> que os países mais ricos atravessam, em especial os Estados Unidos e alguns estados da Europa, os efeitos da economia liberal estão sendo sentidos em todos os quadrantes, como efeitos deletérios do capitalismo, os quais desembocam na vertente liberal do capitalismo globalizado (e suas terríveis conseqüências): desemprego em massa, pobreza, xenofobia e, em última análise, no encarceramento de determinadas e enormes parcelas da população. Para manter essa massa de desempregados ou de “sub-empregados” – conseqüências diretas do capitalismo globalizado – é que o Estado lança mão de seu braço coercitivo de controle social.

Antes mesmo de tecer comentários a esta hipótese, segundo a qual, o sistema econômico neoliberal ao priorizar o problema da segurança pública, o faz em detrimento de outros direitos – especialmente os direitos sociais – fomentando o aparecimento de novas formas de controle, é preciso entender que, a partir dos anos 90 do século XX, principalmente com o colapso do socialismo real, a

---

<sup>1</sup> Para Sandroni (2005, p. 711) recessão pode ser entendida como o “conjunto de declínio da atividade econômica, caracterizada por queda da produção, aumento do desemprego, diminuição da taxa de lucros e crescimento dos índices de falências e concordatas. Essa situação pode ser superada num período breve ou pode estender-se de forma prolongada, configurando então uma

globalização produziu um sentimento, relativamente homogêneo, no sentido de terem triunfado os pressupostos liberais, tanto políticos (democracia liberal) como econômicos (capitalismo globalizado) (Cf. GÓMEZ, 2000, p. 15).

Contudo, como afirma David Harvey (2003, p. 77/78), as contradições internas, tendentes a gerar crises, da acumulação do capital estão a revelar a dificuldade da reprodução do capital e a conseqüente necessidade de se achar espaços próprios a esta finalidade. É preciso, portanto, traçar alguns pontos de contato a fim de se chegar às relações entre o desenvolvimento das políticas econômicas, a partir do século XX, especialmente com a crise do estado de bem estar social e, mais tarde, já nas décadas de 80/90 até o momento atual com a condição do novo proletariado<sup>2</sup>, e as dinâmicas das relações de produção que podem estar influenciando o novo encarceramento, ou seja, ultrapassando a lógica do internamento e do disciplinamento para a lógica de um controle e proletarização das classes excluídas.

Na lógica do sistema neoliberal<sup>3</sup>, a adoção das políticas econômicas, mesmo nos países capitalistas mais avançados, condiciona o Estado numa dimensão crescente de envolvimento, direto e indireto, para “salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital.” (Cf. Mézáros, 2003, p. 29).

Os efeitos dessas políticas são devastadores. De uma maneira bastante simples, é possível identificar as mazelas institucionais causadas pela globalização, em especial na política econômica adotada, a qual reverte o papel do

---

depressão ou crise econômica. O fenômeno da recessão está ligado ao processo de desenvolvimento dos ciclos econômicos próprios da economia de mercado ou capitalista.”

<sup>2</sup> No capítulo III da presente pesquisa o tema será aprofundado. Neste momento, entretanto, é importante compreender que as análises feitas pelas diversas historiografias utilizadas à contextualização das classes sociais trabalhadoras, indicadas pela leitura marxista, não me parecem suficientes à preparação do estudo que nos propusemos, isto porque, de certo modo, a força de trabalho que está sendo constituída no processo produtivo contemporâneo (ou, até mesmo, está sendo expulsa da constituição do processo produtivo) não atinge mais as finalidades levantadas, especialmente o disciplinamento e o controle. Portanto, este novo proletariado, acima referido, será significado como um termo que alguns autores denominam como “pos-fordismo”, ou seja, nesse período de indefinição daquilo que “não é mais” e que “ainda não é”, indicará uma transição e a tendência da produção, marcadamente no limite do modelo fordista e o atual momento de flexibilização da produção.

<sup>3</sup> O termo neoliberal é trazido, a partir de meados dos anos 70 do século XX, como a nova proposta para os mesmos pressupostos estampados pelo liberalismo econômico de Adam Smith e David Ricardo, numa tentativa de trazer uma linguagem desideologizada, mas que tem como finalidade circunscrever e permitir ao Estado uma função mínima, regulatória apenas, permitindo que as liberdades (especialmente do mercado – livre concorrência) possam diretamente contribuir, democraticamente, aos ganhos coletivos. Por esta razão é importante que, durante a elaboração da tese, sejam realizadas dilucidações sobre “liberdade” e “democracia”.

Estado em relação à regulação do mercado, bem como na responsabilidade dos direitos sociais. Cria-se, pois, um verdadeiro paradoxo, entre o discurso da democracia liberal ante as novas estruturas globalizadas de poder, fundadas em consequência das políticas liberais. Marta Harnecker (2000, pp. 212-213 e 239) afirma que os efeitos da adoção das políticas neoliberais (tanto do ponto de vista político como do econômico) são extremamente negativos para a sociedade, e também aos trabalhadores em geral (estabilidade no trabalho, salários dignos, segurança social), atingindo suas organizações de classe, para permitir a menor intervenção do Estado, deixando os conflitos de classe para resolução pelo livre mercado.

Como dito, para conter essa nova classe – esse novo proletariado – é que o Estado lança mão de seu braço coercitivo de controle social. Esta é a relação que precisa ser feita, ou seja, é possível entender as estruturas de poder como uma explicação de práticas autoritárias que se prolongam no tempo ou são decorrentes do modo de produção capitalista consolidadas nos modelos democráticos à disposição da sociedade? Estes são os desafios (questionamentos) a serem respondidos.

### 3.1.

#### **Estado e a relação social da produção**

Como visto, o liberalismo econômico que se desenvolveu a partir do século XVIII, produziu uma espécie de não intervenção nas relações econômicas, especialmente na circulação de mercadorias, deixando a regulação à livre concorrência. De certa forma a idéia de auto-regulamentação constituiu uma novidade, em função do modelo até então existente (final do século XVIII – por volta dos anos 1780) pois, como afirma Hobsbawm (2002 a, p. 50) “pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços”.

A partir da Revolução Industrial – seu ponto de partida<sup>4</sup> situa-se entre as décadas de 1780 e 1800 – as idéias dos fisiocratas<sup>5</sup> perdem espaço sem,

---

<sup>4</sup> Para Hobsbawm (1977, p. 51) este período de industrialização inicia-se em 1780 e termina com a construção das ferrovias e das indústrias pesadas em 1840, na Grã-Bretanha.

entretanto, causar impacto nas teorias liberais, especialmente aquelas trazidas por Adam Smith<sup>6</sup>. Em “A Riqueza das Nações” Smith desenvolve seu pensamento de modo a explicar que os sentimentos individuais na busca de cada interesse pessoal resultaria no bem-estar coletivo. Ao exaltar o individualismo e considerando que o desenvolvimento harmonioso dos indivíduos tomados isoladamente resultaria no desenvolvimento social, Smith propõe a não interferência do Estado, especialmente na economia, defendendo a idéia da livre-concorrência como mecanismo de uma economia eficiente.

Como explica Hobsbawm (2002b, p. 58) “embora o ritmo comercial, que configura o ritmo básico de uma economia capitalista, tenha, por certo, gerado algumas depressões agudas no período entre 1873 e meados dos anos 1890, a produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente”, ou seja, embora as taxas de crescimento tenham diminuído, elas continuavam aumentando, impelidas pela industrialização e pelas políticas econômicas liberais em curso consideradas as mais aptas ao desenvolvimento econômico. A grande preocupação dos economistas e empresários era, então, a prolongada depressão dos preços, dos juros, pois o que estava em questão não era a produtividade e sim a lucratividade. Esta tendência da queda da taxa de lucro foi minimizada pelos grandes investimentos realizados no estrangeiro<sup>7</sup>, especialmente, mas não só pelo impulso colonialista, mas também pela intervenção (protecionismo) do Estado, isto porque, conforme Hobsbawm (2002b, p. 68) o mundo não era mais formado,

---

<sup>5</sup> Os fisiocratas foi um grupo de economistas franceses do século XVIII que combateu as idéias mercantilistas formulando, de maneira sistemática, uma teoria do liberalismo econômico. A idéia principal é de que toda a riqueza vem da terra e de que a única classe produtiva é a dos agricultores, tendo, portanto, duas condições básicas: a liberdade e a propriedade privada. Paulo Sandroni (2005, p. 345) explica que foram os fisiocratas que criaram a noção de produto líquido, transferindo o centro da análise do âmbito do comércio para o da produção, isto porque “sustentaram que somente a terra, ou a natureza (*physis, em grego*), é capaz de realmente produzir algo novo” enquanto a indústria e o comércio apenas transformam ou transportam os produtos da terra. Para eles, a sociedade era dividida em três classes: os produtores (agricultores), os proprietários de terra (a nobreza e o clero) e as “classes estéreis” (demais cidadãos) e que existe uma circulação da renda entre elas, o que correspondia a uma ordem natural regida por leis imutáveis, razão pela qual defendiam a liberdade econômica contra as barreiras feudais ainda existentes à época. Em consequência, o Estado somente poderia intervir para garantir esta ordem, assumindo um papel de guardião da propriedade e da liberdade econômica. O principal representante dos fisiocratas foi François Quesnay e estes (os fisiocratas) exerceram grande influência sobre Adam Smith.

<sup>6</sup> Adam Smith (1723 – 1790) principal economista da escola clássica teve influência muito grande dos fisiocratas, especialmente de François Quesnay. Em 1776 publicou sua mais conhecida obra – e talvez a mais importante – “A Riqueza das Nações”.

<sup>7</sup> Na América Latina, por exemplo, os investimentos estrangeiros atingiram níveis muito elevados nos anos 1880, quando a extensão da rede ferroviária Argentina foi quintuplicada (Cf. HOBSBAWM, 2002 b. p. 59).

apenas, por uma massa de “economias nacionais”, pois a “industrialização e a Depressão transformaram-nas num grupo de economias rivais, em que os ganhos de uma pareciam ameaçar a posição de outras”, aumentando a responsabilidade e o papel do Estado que teve, a partir da Primeira Guerra Mundial, que assumir as diretrizes das políticas econômicas.

É de notar, entretanto, que o período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais (1918-1945) foi um período que os autores chamam (consideram) de colapso econômico (ou A Grande Depressão) e que levou o jovem John Maynard Keynes a escrever uma severa crítica à conferência de Versalhes de 1920 (*The economic consequences of the peace*), afirmando que sem uma restauração da economia alemã, seria impossível a restauração da civilização e da economia liberais estáveis na Europa. Hobsbawm afirma que as perturbações e complicações políticas explicam, em parte, o referido colapso econômico no mencionado período, creditando, entretanto, a outros dois fatores econômicos: o primeiro é o impressionante e crescente desequilíbrio na economia internacional, devido à assimetria de desenvolvimento entre os EUA e o resto do mundo e, em segundo lugar, na não geração na economia mundial, de demanda suficiente para uma expansão duradoura, pois “com os salários ficando para trás, os lucros cresceram desproporcionalmente, e os prósperos obtiveram uma fatia maior do bolo nacional. Mas como a demanda da massa não podia acompanhar a produtividade em rápido crescimento do sistema industrial nos grandes dias de Henry Ford, o resultado foi superprodução e especulação. Isso, por sua vez, provocou o colapso” (Cf. HOBBSAWM, 2003, p. 103-104).

A certeza da necessidade de movimentos bruscos na economia capitalista foi resultado da eminente estagnação provocada pela crise de 1929, mesmo sabendo que a década de 1930 é considerada de grandes inovações tecnológicas. De toda sorte, todos os lados do mundo sofreram com a depressão dos anos 1930<sup>8</sup>. Conforme Hobsbawm (2003, p. 108-109) no final dos anos 30 do século XX a economia liberal do livre mercado estava totalmente dominada pela grandes corporações o que tornava pouco realizável a livre concorrência, fato que provocou o desgaste da economia mundial, a qual podia ser vista como um

---

<sup>8</sup> Para se ter um panorama globalizado dos impactos políticos da Grande Depressão dos anos 30, no mundo, ver Eric Hobsbawm, “A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991”, Cia das Letras, pp. 108-111.

sistema composto de um setor de mercado, um setor governamental (no qual, economias planejadas faziam suas transações) e um setor de autoridades públicas que regulavam partes da economia, como os acordos internacionais.

Diante da catástrofe produzida pelo liberalismo econômico, tanto no sentido de destruição da economia como da sociedade, havia três opções à hegemonia política: o comunismo marxista; um capitalismo ligado à social democracia de movimentos trabalhistas não comunistas (que, depois da Segunda Guerra Mundial, foi a proposição mais efetiva); e, a terceira opção era o fascismo (na Alemanha foi o nacional-socialismo) que, aproveitando-se de toda conjuntura política e econômica, estava decidido a livrar-se do fantasma do desemprego (Cf. HOBBSAWM, 2003, p. 111-112).

É importante perceber, então, que as crises estruturais que o capitalismo atravessou no final do século XIX (entre o fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, em 1865, e os anos 1890, denominado da Grande Depressão) e também no período ‘entreguerras’ do século XX (1920-1939, especificamente com a crise de 1929), tanto na Europa como nos Estados Unidos, nos permitem algumas considerações. Gérard Duménil e Dominique Lévy apontam que no final do século XIX a taxa de lucro desabou e somente a partir da Primeira Guerra Mundial é que houve uma tendência ao aumento da rentabilidade, mediante a alta da produtividade do capital e a tendência do crescimento econômico foi restabelecida em função de uma revolução técnico-organizacional e pela explosão dos mecanismos monetários e financeiros e das rendas financeiras, e as políticas correspondentes.

Nos Estados Unidos, a partir dos anos 1890, houve uma transformação das instituições do capitalismo (empresas e fábricas), provocando uma verdadeira revolução de gestão – de técnica e de organização – atingindo todos os aspectos do funcionamento das empresas, o que se chamou de taylorismo<sup>9</sup>: "além da organização da produção, afetou a comercialização, a gestão dos estoques, do financiamento e da tesouraria, a gestão do pessoal etc. O arquétipo disto é a linha de montagem. A mecanização permitia tradicionalmente economizar trabalho e

---

<sup>9</sup> Frederick Winslow Taylor (1856-1915) é considerado o pai da administração científica. Assim, dá-se o nome de “taylorismo” ao conjunto de teorias para aumento da produtividade do trabalho fabril elaboradas por Taylor, que “abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção incluindo propostas de pagamento pelo desempenho do operário” (Cf. SANDRONI, 2005, pp. 821-822).

aumentar a produtividade do trabalho, mas o custo, em termos de capital, era grande. A proporção entre capital e trabalho aumentava consideravelmente” (2003, p. 26-27).

A partir dessa “revolução de gestão” – especialmente pelo taylorismo e pela linha de montagem – isto é, do capital investido em técnicas, é que houve um aumento da produtividade e da rentabilidade do capital, invertendo-se, pois, a tendência da queda da taxa de lucro.

A eficiência foi o tom das primeiras décadas do século XX. De certa forma estes fatos produzidos nesse período desfaz a idéia levantada por Marx, no livro III de “O Capital”, da tendência da queda da taxa de lucro. Ocorreu, entretanto, o que não se poderia imaginar naquele momento: diante das assimetrias existentes no desenvolvimento econômico entre os Estados Unidos e os demais países do mundo, a economia não produziu a demanda suficiente à expansão necessária. Diante da concentração de renda (aliando-se à queda dos salários) e do aumento dos lucros (aliando-se à incapacidade de demanda de massa em acompanhar o crescimento industrial), entra em cena o que Duménil e Lévy descrevem como o “desenvolvimento de um importante setor financeiro, cuja relação com o sistema produtivo se transformou: a finança<sup>10</sup> deixou de ser uma simples auxiliar da atividade das empresas e do financiamento de suas transações para tornar-se, então, a encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função” (2003, p. 31). É o passo decisivo à especulação financeira e, em 1929, com a queda da bolsa de valores de Nova York, inicia a segunda grande depressão (1930).

Em 1936, John Maynard Keynes<sup>11</sup> escreve “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”<sup>12</sup>, no qual contestava os dogmas do liberalismo econômico. Keynes defendeu a idéia, por exemplo, da inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista, especialmente o princípio liberal segundo o qual a queda no consumo levaria à queda da taxa de juros, resultando

---

<sup>10</sup> Duménil e Lévy (2003, p. 31) afirmam que “por ‘finança’, entendemos aqui um vasto conjunto de indivíduos endinheirados e de instituições – indivíduos por trás de instituições – que detêm importantes capitais monetários e financeiros”.

<sup>11</sup> John Maynard Keynes (1883-1946), economista inglês, nascido em 5 de junho de 1883, em Cambridge, foi o pioneiro da macroeconomia, produzindo estudos sobre o emprego e o ciclo econômico, os quais contestavam os “conceitos e a ortodoxia marginalista, e as políticas por ele sugeridas conduziram a um novo relacionamento, de intervenção, entre o Estado e o conjunto das atividades econômicas de um país” (Cf. SANDRONI, 2005, p. 455).

num maior investimento e aquecimento da economia, provocando um novo equilíbrio em direção ao pleno emprego.

Keynes demonstrou, entretanto, que “o nível de emprego numa economia capitalista depende da demanda efetiva, ou seja, da proporção da renda que é gasta em consumo e investimento” (Cf. SANDRONI, 2005, p. 456). Fundamentalmente, o desemprego é resultado, para Keynes, de uma demanda insuficiente de bens e serviços e que somente será resolvido por meio de investimentos, pois “o nível de equilíbrio do emprego, isto é, o nível em que nada incita os empresários em conjunto a aumentar ou reduzir o emprego, dependerá do montante do investimento corrente” e este dependerá do “incentivo para investir, o qual, como se verificará, depende da relação entre a escala da eficiência marginal do capital e o complexo das taxas de juros que incidem sobre os empréstimos de prazos e riscos diversos” (1992, p. 40).

Qual a importância da análise keynesiana? Conforme explica Sandroni (2005, p. 456), os investimentos, como fator dinâmico da economia, são os responsáveis pela solução do problema do desemprego e capazes de influenciar a demanda e, mais importante, é que esta análise permite verificar a necessidade da intervenção do governo para a economia atingir seu nível de equilíbrio, isto porque pode a economia equilibrar-se e, ao mesmo tempo, estar com uma alta taxa de desemprego caso não haja intervenção governamental com políticas adequadas que sustentem a demanda efetiva, mantendo altos níveis de renda e emprego, de modo que, a cada elevação de renda, o consumo e o investimento também cresçam.

O que seria necessário, portanto, era alterar as expectativas dos capitalistas (empresários) em relação à demanda futura e permitir que o capital iniciasse uma nova fase de expansão, sendo imprescindível a intervenção do Estado, o que ocorre, mais especificamente, a partir dos anos 1930. É exatamente neste momento que se dá início ao intervencionismo do Estado e a implementação das políticas keynesianas as quais conseguem reverter a situação de crise, pelo menos temporariamente, especialmente nos anos após a Segunda Guerra Mundial, constituindo-se, portanto, no chamado *Welfare State*: financiamento público<sup>13</sup> da

<sup>12</sup> Ver, KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1992, 328 p.

<sup>13</sup> Oliveira (1998, p. 20) traz alguns exemplos do chamado financiamento público: “a medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro-desemprego,



economia capitalista baseado, originalmente, nas políticas anticíclicas de teorização keynesiana (Oliveira, 1998, p. 19).

Este financiamento público passou a ser o pressuposto dos processos de acumulação de capital e da reprodução da força de trabalho a fim de que a reprodução do capital se realizasse por meio da circulação de mercadorias, financiada através da redistribuição da massa de mais-valia e salários arrecadados via tributos pelo Estado, ou seja, em função do crescimento do salário indireto (seguro-desemprego, salário-família, previdência social, entre outros), transformou-se em liberação do salário direto ou da renda da família para alimentar o consumo de massa, induzindo à produção e a um novo ciclo de expansão, impedindo o surgimento de uma crise (CF. OLIVEIRA, 1998, p. 22).

Para Francisco Oliveira (1998, p. 20-23), a formação do sistema capitalista é impensável sem a utilização do padrão de financiamento público do chamado Estado-providência (com o conseqüente aumento do déficit público dos países industrializados), funcionando quase como uma acumulação primitiva, criando-se uma esfera pública institucionalmente regulada, revelando que a presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e dos gastos sociais públicos gerais é estrutural ao capitalismo e, até certo ponto, insubstituível. Meszáros (2003, p.29) chega a afirmar que “apesar de todos os protestos em contrário, combinados com fantasias neoliberais relativas ao ‘recuo das fronteiras do Estado’, o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado”, lembrando que o século XX foi pródigo no reaparecimento daquilo que Marx chamou de “ajuda externa”, desde políticas agrícolas comuns e de garantias de exportação até os imensos fundos de pesquisa e do complexo industrial-militar.

---

os subsídios para transporte, os benefícios familiares (quotas para auxílio-habitação, salário-família) e, no extremo desse espectro, subsídios para o lazer, favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo, são seus exemplos”. Oliveira ainda aduz que a descrição das diversas formas de financiamento à acumulação inclui “desde os recursos para ciência e tecnologia, passa pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, vai através dos juros subsidiados para setores de ponta, toma em muitos países a forma de vastos e poderosos setores estatais produtivos, cristaliza-se numa ampla militarização (as indústrias e os gastos em armamentos), sustenta a agricultura (o financiamento dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos e a chamada “Europa Verde” da CEE), e o mercado financeiro e de capitais através de bancos e/ou fundos estatais, pela utilização de ações de empresas estatais como *blue chips*, intervém na circulação monetária de excedentes pelo *open market*, mantém a valorização dos capitais pela via da dívida pública, etc.”.

Esta “ajuda externa” tem, então, a finalidade de evitar o aparecimento de crises, em especial aquelas clássicas que surgiram no final do século XIX, num contexto do modo de produção capitalista muito competitivo, de empresas relativamente menores, sem intervenção estatal – o que levaria a uma espécie de capitalismo muito concorrencial ou anárquico. No século XX, especialmente nesses pós-guerras, aumenta-se a intervenção estatal, sob várias formas, não só quantitativa mas, qualitativamente, pois ela vai adquirir novas funções (o que nos remete também à formação de uma nova classe burocrática profissional) mais complexas – educação, saúde, previdência pública, segurança, etc. – levando à frente empreendimentos industriais cuja magnitude de capitais envolve tamanhos riscos e uma quantidade de capital tão grande que os capitalistas individuais não conseguem levar à frente (no Brasil, nos anos 1940, foi a situação da telefonia, energia elétrica, petróleo e no século XIX isso aparece nas ferrovias, etc.) a atividade industrial, necessitando da intervenção econômica direta (hidrelétricas, extração de petróleo, etc.) do estado ou, por vezes, intervenção indireta (organização das relações entre trabalhadores e capitalistas, previdência, saúde, educação universal, etc.), distanciando-se, cada vez mais daquelas funções clássicas do Estado do século XIX (garantia dos direitos individuais, etc.).

Para Gérard Duménil e Dominique Lévy (2003, p. 15-32), é importante considerarmos, na análise do desenvolvimento do modo de produção capitalista, os dois períodos que antecederam e sucederam as crises estruturais<sup>14</sup> dos finais dos séculos XIX e XX (a primeira desencadeada entre o fim da Guerra da Secessão – 1865 – e os anos 1890 e a segunda no final do século XX – iniciada nos anos 1970. Os autores lembram ainda a crise de 1929 que, apesar de circunstâncias diferentes, também legitimou enormes transformações). Apesar de serem considerados períodos diferentes do capitalismo (o primeiro período chamado anárquico ou desorganizado e no segundo período chamado de capitalismo organizado) a saída das duas crises estruturais ocorridas foram marcados por circunstâncias favoráveis ao restabelecimento da hegemonia das finanças.

---

<sup>14</sup> As crises estruturais são marcadas por diversos fatores, mas especialmente pelo baixo investimento e desenvolvimento da economia, desemprego, inflação, redução do progresso técnico, diminuição da rentabilidade do salário, lentidão do progresso do salário.

A primeira hegemonia findou-se com a crise de 1929 e iniciou um novo ciclo de desenvolvimento (ou uma nova “longa onda”, como chamam os economistas<sup>15</sup>) que esgotou-se com a crise dos anos 1970. Neste período que vai de 1930 até o início dos anos 1970, o papel do desenvolvimento do Estado-providência, foi fundamental à concretização do chamado “compromisso keynesiano”. Destacam Gérard Duménil e Dominique Lévy (2003, p. 32), contudo, que o fracasso das políticas keynesianas, depois de três décadas de sua implementação, criou, novamente, as circunstâncias favoráveis ao restabelecimento da hegemonia da finança por meio do monetarismo, seguido pelo neoliberalismo.

No contexto brasileiro, a Revolução de 1930 marca o início de um novo ciclo na economia, especialmente com o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura industrial. Mesmo que somente a partir de 1956 o setor industrial ultrapasse o da agricultura, o movimento de hegemonização é fundamental, notadamente pela “nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se

---

<sup>15</sup> Nicoali Dmitrievich Kondratieff (1892-1930) foi economista e estatístico russo. Conforme Sandroni (2005, p. 460) “seu nome está associado ao estudo dos ciclos econômicos longos, ou ciclos seculares, de quarenta a sessenta anos”. Alguns economistas admitem a existência de 3 (três) ciclos econômicos longos (Ciclos Econômicos de Kondratieff): o primeiro até 1850 – compreendendo 24 anos de alta e 36 anos de baixa; o segundo que vai de 1850 a 1896 e o terceiro de 1896 a 1940. Muito embora estes ciclos de Kondratieff sejam de conceituação um pouco imprecisa, é importante verificar que os períodos de contração econômica ocorrem entre 24-30 anos após um período de expansão. O principal trabalho de Kondratieff é considerado “*Los ciclos largos de la coyuntura económica*” de 1926, publicado nos *Cuardenos de Economía* – Cidade do México. Talvez a característica marcante de seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo histórico seja a divisão destes ciclos longos em duas fases: a primeira fase de crescimento ou de expansão econômica e uma segunda fase de recessão econômica. “Considerando-se os anos 1930 como um período de contração, pode-se admitir que o período que vai de 1945 até os dias de hoje é um típico Ciclo Econômico de Kondratieff, onde a fase de ascensão vai de 1945 até 1967-73 e a fase de contração de 1967-73 até os dias de hoje (BRAUDEL, Fernand. *O tempo no mundo*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 3 vol., 1996; WALLERSTEIN, Immanuel. *Globalization or the age of transition? A long term view of the trajectory of the world system*. *International Sociology*, vol. 15 (2), pp. 249-265, June, 2000). De forma semelhante, o debate sobre o nível de intervenção do Estado na economia após os anos 1930 parece seguir os ciclos de expansão e de contração da atividade econômica de tal forma que, se em alguns momentos a presença do Estado na economia é desejável, em outros é indesejável, o que se pode apreender através das abordagens teóricas. Assim foi o liberalismo no período anterior à crise dos anos 1930, o keynesianismo dos anos 1930 até meados dos anos 1970 e o neoliberalismo a partir dos anos 1980, que justificavam diferentes formas de relações entre o Estado e a sociedade” (Projeto de pesquisa apresentado à UNESC pelo NUPED – Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito), sob a coordenação do Professor Reginaldo de Souza Vieira. Haverá pequenos apontamentos sobre a importância e as consequências do estudo dos ciclos econômicos no item 2.4.2 desta pesquisa.

inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno”. Este novo modo de acumulação dependerá, sobretudo, da realização de determinadas posturas, penalizando, por exemplo, os custos e a rentabilidade dos fatores alocados à atividade agrícola destinado ao comércio externo – confiscando os lucros parciais (como o caso do café) ou aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura – o que poderia ser feito diminuindo o custo do dinheiro emprestado à indústria (CF. OLIVEIRA, 2003, p. 35-36).

Analisando alguns aspectos que desempenharam essa missão na concretização desse novo modo de acumulação, Francisco de Oliveira aponta<sup>16</sup>, principalmente, a intervenção do Estado na produção econômica, agindo não só no fator trabalho mas também na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins reprodutivos, nos subsídios, etc., criando mecanismos aptos à reprodução da acumulação industrial, pois “o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir” (CF. OLIVEIRA, 2003, p. 40). Voltando ao contexto brasileiro, Francisco de Oliveira mostra que a intervenção estatal teve como finalidade destruir (mas não na totalidade) o modo de acumulação para o “qual a economia se *inclinava naturalmente*” (o modo agrário-exportador), criando as condições do novo modo de acumulação (o modo urbano-industrial)<sup>17</sup>.

Como visto, a partir de meados dos anos 1970, ocorreu o fracasso das políticas keynesianas, mas é preciso lembrar que seu fracasso foi devido, principalmente, “à internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista” em função de que a reprodução do capital, os aumentos da

---

<sup>16</sup> Francisco de Oliveira aponta três aspectos: o primeiro (2003, p. 36) faz parte das regulamentações dos fatores, ou seja, da oferta e demanda dos fatores no conjunto da economia, no qual a regulamentação das leis de relação entre o trabalho e o capital é o mais importante; o segundo aspecto (2003, p. 40) refere-se à intervenção do Estado na economia; e o terceiro aspecto levantado (2003, p. 42) é o papel da agricultura.

<sup>17</sup> Neste ponto merece destaque o fato de que o capitalismo destrói e constrói os mecanismos aptos à sua reprodução sem, entretanto, o fazer de forma absoluta. Veja que um dos aspectos da missão de concretização do novo modo de acumulação (urbano-industrial) é o papel desenvolvido pela agricultura. Francisco de Oliveira (2003, p. 42) afirma que a agricultura exerce um papel qualitativamente diferente neste momento, pois, de um lado “por seu subsetor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidade de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo” e, de outro lado, “por seu subsetor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das

produtividade e a elevação do salário real se circunscreveram aos limites territoriais nacionais dos processos de interação daqueles componentes da renda e do produto, dissolvendo, portanto, a circularidade nacional dos processos de retroalimentação que pressupunha ganhos fiscais correspondentes ao investimento e à renda que o fundo público articulava e financiava, razão pela qual o fundo público é estrutural e insubstituível no processo de acumulação à necessidade de expansão do capital (Cf. OLIVEIRA, 1998, p. 26-31).

Para Francisco de Oliveira (1998, p. 35) o fundo público é o antivalor no sentido de que os pressupostos da reprodução do valor contêm os elementos de sua negação, afinal “o que se vislumbra com a emergência do antivalor é a capacidade de passar-se a outra fase, em que a produção do valor, ou de seu substituto, a produção de excedente social, toma novas formas” as quais aparecem não como desvios do sistema, mas como necessidade da lógica de expansão do capital.

A interessante hipótese apresentada por Francisco de Oliveira reside no fato de que a “força de trabalho está se desvestindo das determinações da mercadoria”, ou seja, a anulação do “fetichismo da mercadoria” isto porque os componentes à remuneração da força de trabalho são, não só conhecidos, mas determinados politicamente, mesmo imaginando-se que vivemos numa sociedade de massa, absolutamente “fetichizada”. No lugar do “fetichismo da mercadoria” Oliveira propõe o “fetichismo do Estado”, local em que se operará a exploração da força de trabalho e sua “desfetichização”, determinando, portanto, que agora o capital é social.

Nesta nova relação social de produção será importante não só a presença do salário e da propriedade privada, mas também todas as outras esferas à reprodução do capital: a circulação, a distribuição, o consumo, além da esfera da produção, produzido pela presença do fundo público na reprodução, tanto do capital como da força de trabalho. Para Oliveira (1998, p. 37) “o desenvolvimento do Welfare State é justamente a revolução nas condições de distribuição e consumo, do lado da força de trabalho, e das condições de circulação, do lado do capital”.

---

massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial.”

### 3.2.

#### A intervenção política do Estado na economia

Como visto, convencionalmente se atribui as intervenções estatais às aquelas hipóteses já levantadas, especificamente de intervenção direta (quando o capital privado não consegue realizar – por exemplo os altos investimentos ou de grande risco) e indireta (regulamentação do mercado de trabalho, formação de uma classe burocrática, etc.), ou seja, diretamente relacionadas com a atividade econômica, isto porque, de uma forma geral, estas intervenções estabelecem (objetivam) a reprodução do conjunto do capital social. Entretanto, há também algumas determinações políticas da intervenção estatal que não se circunscrevem aos aspectos econômicos propriamente ditos e é exatamente neste sentido que Nico Poulantzas questiona: “por que o Estado toma a cargo setores perfeitamente rentáveis para o capital?” (2000, p. 185).

Antes, porém, é preciso fazer uma breve discussão sobre o Estado e a maneira pela qual ele é visto na obra “O Capital” de Karl Marx. É necessário, primeiramente, utilizando-se a obra de Ruy Fausto, (Marx: lógica & política. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética, especificamente o Capítulo 4. “Sobre o Estado”) analisar o Estado a partir do conteúdo representado pelas oposições de classes concebidas como oposições de interesses, ou seja, como o próprio autor adverte, não se pretende abranger o conjunto da teoria do Estado mas analisá-lo na medida e a partir de “O Capital”, tendo como objeto as formas de Estado. A idéia inicial é estabelecer o ponto de partida exato da derivação da forma Estado a partir da sociedade. Para tanto, Ruy Fausto desenvolve categorias da sociedade civil em categorias do Estado, ou seja, a partir do pensamento e categorias marxistas, segundo ele, há três momentos em que é possível apreender o Estado: a primeira é a relação entre forma e conteúdo; a segunda no contexto do aumento da composição orgânica e da queda tendencial da taxa de lucro; e, a terceira, diante dessa queda tendencial da taxa de lucro, a necessidade de intervenção direta do Estado.

O primeiro desenvolvimento inicia do estudo da primeira parte do livro I de “O Capital”, isto porque ela traz a análise da “circulação simples”, ou seja, a forma de circulação de mercadoria e seu equivalente, demonstrando a

“aparência” do sistema e, conseqüentemente, a ocultação da essência. Para Ruy Fausto (1987, p. 291-292) no nível da circulação simples, os indivíduos proprietários das mercadorias – que a obtiveram, direta ou indiretamente, através de seu trabalho – as trocam observando-se o princípio da equivalência e que, o princípio da apropriação no nível da circulação simples, segundo Marx, é o da apropriação pelo trabalho próprio.

O segundo momento, que ele chama de “primeira negação”, o “capital é posto mas com uma pressuposição externa, a da existência ou da presença do capitalista e do trabalhador”. Esta pressuposição da apropriação pelo trabalho torna a situação inicial uma relação de igualdade (também pressuposta). Contudo, entra em cena o terceiro momento: a continuidade do processo de produção faz com que a troca de equivalentes se torne uma simples aparência, bem como a igualdade dos contratantes e a apropriação pelo trabalho. Esta relação – entre capitalista e trabalhador – mostra-se, então, uma relação não equivalente entre desiguais e uma “apropriação da riqueza não pelo trabalho próprio mas pelo trabalho alheio”. Como visto, estas partes estão ligadas entre si por uma relação de contradição a qual deve ser o ponto de partida do Estado capitalista, ou seja, o desenvolvimento do Estado ocorre na contradição entre aparência e essência do modo de produção capitalista, isto porque, na aparência não há contradição de classes (mesmo porque elas não existem) mas, ao contrário, há identidade entre indivíduos (igualdade). Somente no momento em que há uma relação de exploração que as classes (oposição) nascem, ou seja, considerado a partir das formas, o Estado deriva da contradição entre a identidade e a contradição (Cf. FAUSTO, 1987, p. 292-294).

Neste sentido e a partir da idéia da equivalência entre indivíduos iguais, ou seja, na aparência do sistema (no momento da circulação simples), há algo mais que uma relação econômica, há uma juridicização do econômico através (meio) do contrato estabelecido entre os indivíduos livres. Assim, estas relações jurídicas se realizam por meio das relações econômicas, permitindo, portanto, um relacionamento muito estreito entre esta e a superestrutura jurídica. Veja-se, portanto, que a sociedade civil é formada pelo relacionamento entre as estruturas de produção (econômica) e sua expressão jurídica (garantida pelo Estado), ou seja, no contexto da circulação simples, as relações econômicas tornam-se relações legalizadas pelo Estado através do Direito. Assim, chegando nesse ponto é preciso

responder dois questionamentos: qual a necessidade da relação jurídica ser posta como lei e o segundo é porque há esta posição (no sentido de direito posto pelo Estado).

Para Ruy Fausto (1987, p. 299), à primeira pergunta se obtém a resposta comparando a relação jurídica enquanto lei com a ideologia. Partindo da idéia de que ideologia é o “boqueio das significações”, esta torna positivo aquilo que é, em si mesmo, negativo, ou seja, a função da ideologia é, num primeiro momento, ocultar a contradição para, num segundo momento, operar a própria contradição. Assim é que “o Estado guarda apenas o momento da igualdade dos contratantes negando a desigualdade das classes, para que, contraditoriamente, a igualdade dos contratantes seja negada e a desigualdade das classes seja posta” (1987, pp. 299/300).

A segunda pergunta (por que é preciso que haja posição) – que é decorrência da primeira – Ruy Fausto (1987, p. 300) responde que a posição da lei se impõe em função do seu próprio conteúdo, ou seja, ela se impõe porque a “identidade dos contratantes se interverte no seu contrário, porque a lei (o primeiro momento) contém em si o princípio do seu contrário” isto porque “se a relação jurídica obedecesse a lógica da identidade, se ela fosse (somente) idêntica a si mesma, ela não precisaria ser posta enquanto lei”. Assim, ela não precisaria ser posta enquanto lei pois “a sua transgressão poderia ocorrer ou não, e portanto toda garantia contra a transgressão, a da ideologia como a do Estado, não teria a mesma necessidade”.

Para Fausto (1987, p. 301) uma lei que se realiza pelo seu contrário contém a transgressão no seu interior, ou seja, está contido no interior (como forma de realização) da própria lei a transgressão, a qual visa garantir sua identidade. Desta forma é necessário perceber que a lei somente é transgredida quando se lhe obedece plenamente, restando claro que não obedecer significa não transgredir.

Se a transgride – isto é, se questiona o primeiro momento, a lei dos equivalentes enquanto lei dos equivalentes, o contrato livre, ou seja, se quer alterar o contrato “livre”, em favor de uma das partes – para que ela não seja transgredida, para que o contrato não se torne o que ele se torna por si mesmo, o contrário do contrato livre e da relação entre iguais (Cf. FAUSTO, 1987, p. 301).



É preciso, pois, para salvar a aparência do sistema, a ideologia (como “bloqueio das significações”) e o Estado funcionando como guardiões da identidade dos contratantes (do sistema). Esta função é realizada pelo Estado (no processo de expropriação), em parte como a ideologia o faz e, em parte, utilizando-se da força e da violência (como detentor do monopólio do uso da força coercitiva). Desta forma é possível enxergar que a violência está na essência do Estado (não na aparência), ou seja, é a violência do capital que reside no interior da sociedade capitalista. Em síntese, o Estado – como guardião da identidade – garante o funcionamento das relações de produção capitalista – cristalizando a aparência do sistema – utilizando-se da violência portanto. Assim é que, na função de guardião da identidade, o Estado deveria se colocar como uma força de equilíbrio ou, se preferir, assumindo um papel de intervenção regulando as relações no interior do sistema. Entretanto, como isso acontece e qual o motivo que leva o Estado intervir nas relações sociais, especialmente econômica? Sobre isso trataremos no ponto seguinte.

### 3.2.1.

#### As formas de intervenção do Estado

O estudo desenvolvido por Nicos Poulantzas sobre a intervenção do Estado na economia – em “O Estado, o poder, o socialismo”<sup>18</sup> – é bastante interessante pois o momento histórico era muito rico em função de que, a partir do final dos anos 1970, a economia entra num momento de transição: falência do modelo keynesiano e retomada dos pressupostos liberais (o que se convencionou chamar de ‘neoliberalismo’), o que resultou em diferentes formas de relacionamento entre o modo de produção capitalista e o Estado.

A análise do Estado capitalista, para Poulantzas (2000, p. 165), não deve circunscrever-se, “em suas relações de constituição, à economia, ao seu

---

<sup>18</sup> A análise foi desenvolvida por Nicos Poulantzas em 1978, ou seja, pode-se dizer que ainda dentro do contexto do Estado de bem-estar e, fundamentalmente, incapaz de dar conta de outros fenômenos do capitalismo contemporâneo, especialmente em função da internacionalização das relações sociais capitalistas. Por esta razão, capital e Estado passam por um processo de reestruturação em que a acumulação do capital tenta encontrar novas formas de reprodução. Entretanto a discussão apresentada por Poulantzas coloca no centro da análise o debate da democracia e do socialismo, deixando claro, para tanto, a necessidade de estabelecer uma discussão teórica suficiente a fim de estabelecer o papel do Estado no contexto contemporâneo, sem o qual não poderemos entender os motivos que hoje é vivenciado.

relacionamento com as relações de produção e com a divisão social capitalista do trabalho no sentido geral. Elas se traduzem, conforme as fases e estágios do capitalismo, como funções econômicas desse Estado”, tratem elas da “violência repressiva, da inculcação ideológica, da normalização disciplinar, da organização dos espaços e do tempo ou da criação do consentimento”, ou seja, é preciso entender, exatamente, a articulação entre o espaço político (do Estado) e da reprodução do capital (da economia). Para ele, à medida em que modificações nas relações de produção, na divisão do trabalho, na reprodução da força de trabalho, na extração de mais-valia, etc., passam a integrar diretamente o espaço-processo de reprodução e valorização do capital (econômico), modificando os pontos de impacto no Estado, é que nesses domínios o papel do Estado ganha novos contornos, ocupando, pois, as funções econômicas, posição central.

Recorrendo à análise de Ruy Fausto, é possível distinguir três formas de intervenção do Estado:

a) regulamentando a concorrência. Nesta situação, o Estado assume a regulação das relações econômicas intervindo nos contratos e, através disso, no jogo da concorrência, na qual se efetivam as leis do sistema – por exemplo, a tendência no sentido de extrair mais-valia relativa se efetiva pelo esforço de cada capitalista individual, com vistas a obter um lucro excedente, através do aumento da produtividade – ao mesmo tempo em que se irrompem as contradições do modo de produção, as quais são corrigidas por mecanismos internos do próprio sistema que se manifestam por ele próprio. Assim, o Estado tende a substituir a concorrência na realização das leis do sistema e na correção dos desequilíbrios “anormais”, devendo, portanto, a intervenção do Estado ser preventiva. Tentando entender esta função do Estado, Ruy Fausto utiliza-se da idéia de Engels do Estado como uma máquina essencialmente capitalista (Cf. FAUSTO, 1987, p. 315-316);

b) nas relações entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Diante da relação existente entre forma-aparência e conteúdo-essência, ou seja, entre igualdade das partes no contrato e a troca de equivalentes se intervertendo em desigualdades e extração de uma classe sobre outra, regulamentada pelo direito posto, o Estado ultrapassa essa lógica e reconhece a natureza particular dessas relações intervindo, reconhecendo que uma das partes é mais fraca do que a outra, dando vida ao chamado direito social, reconhecendo, por exemplo, os contratos

coletivos de trabalho. Muda, portanto, a forma de aparência do sistema, ou seja, enquanto no capitalismo clássico a identidade das partes ocultava a desigualdade das classes, no capitalismo contemporâneo a diferença oculta a contradição. Neste sentido o Estado aparece não mais como um árbitro a intervir entre iguais – comunidade política – mas a corrigir as diferenças comunitárias, não mais políticas mas econômicas<sup>19</sup>, zelando não só pelas garantias individuais (provocadas pelo contrato entre iguais, em sentido genérico e abstrato) mas agora pela garantia do bem estar de cada um. Cabe aqui, entretanto, uma pequena ponderação, pois o Estado, por estar inserido em um específico modo de produção – no caso o modo capitalista de produção – e representar os interesses coletivos na consecução e realização de certas tarefas, de certa forma entra numa contradição interna do próprio sistema, em função de que, ao mesmo tempo que representa o interesse coletivo, o faz no interior do modo de produção que, na essência, serve à dominação e exploração das classes (Cf. FAUSTO, 1987, p. 317-321);

c) e a terceira, a presença do Estado enquanto agente econômico, sobretudo enquanto proprietário de empresas. É possível fazer uma pequena – mas importante – distinção: nos dois primeiros casos o Estado intervém, diretamente, na relação entre as partes, enquanto que no último caso ele é parte, ou seja, a intervenção do Estado surge de outras formas e por outras razões, não mais na contradição do sistema mas por sua incompletude, isto porque a economia, por si, não é capaz de realizar o conjunto das necessidades do sistema, razão pela qual o próprio Estado se torna o próprio capitalista. Neste contexto (e aqui merece, novamente, uma nova ponderação), a propriedade dos elementos do capital sobre

---

<sup>19</sup> Para Ruy Fausto (1987, p. 321-322) “dizer que o Estado pressupõe uma comunidade significa que o Estado assume a realização de certas tarefas coletivas, mas que ele as realiza no interior das exigências formais do sistema, sistema que se baseia na exploração e na dominação de classe. Quando o Estado corrige diferenças, se pode dizer que ele põe no interior do sistema certas possibilidades inscritas na comunidade que ele pressupõe, comunidade que não significa mais aqui somente a exigência da realização de tarefas de interesse coletivo, mas também a garantia para cada membro da satisfação de certas necessidades. Mas assim como as tarefas de interesse geral são *postas* no interior do sistema (o que significa que há uma ruptura entre elas mesmas fora e dentro do sistema), também as tarefas de proteção e de correção das diferenças são a *posição* no interior do sistema do que elas são, como possibilidades pelo menos, fora ou ‘no fundo’ dele. Isto não significa que essas medidas já estivessem inscritas numa essência qualquer do Estado (embora elas existissem como possibilidades, dadas as das pressuposições comunitárias do Estado). isto não significa também que o Estado se alterou essencialmente, que ela passa a ter agora uma essência comunitária. O que se passa é algo assim como se o Estado ao assumir essas funções instituisse novas pressuposições (se se quiser, pusesse novas pressuposições enquanto pressuposições), precisamente a pressuposição de uma espécie de comunidade econômica, que entretanto se deve distinguir do que é efetivamente posto e que representa só um mínimo de garantias a todos os membros da ‘comunidade’.”

uma sensível mutação, uma vez que é o próprio Estado que detém, agora, mais do que nunca, a oportunidade de realizar os pressupostos da produção social, pois além de ser o proprietário dos meios de produção, organizará (nos termos da acumulação e reprodução capitalista, especialmente na extração da mais-valia) a expropriação antes executada pelos capitalistas privados (individuais) e, o mais importante, isto tudo realizado no interior do sistema (efetivado pelo próprio Estado) (Cf. FAUSTO, 1987, p. 324-327).

Para efeito da presente pesquisa, importante compreender que no período que medeia o final da segunda Guerra Mundial e início dos anos 1970, é considerado um período de grandes intervenções estatais. Não significa, entretanto, o único momento, pois no desenvolvimento capitalista, considerado historicamente, é possível observar uma grande intervenção do Estado “na pré-história imediata do capitalismo e nos seus começos, diminuindo consideravelmente na primeira metade do século XIX, para reaparecer no final do século” (Cf. FAUSTO, 1987, p. 314).

Como dito, no período compreendido entre 1945 e 1970, havia ainda um grande espaço à expansão do capital (ante a destruição da Europa e a necessidade de sua reconstrução), o Estado viu-se “obrigado” a fazer investimentos, até então, inéditos pois ele vai ser o interventor direto (Estado empreendedor, Estado capitalista – criando empresas, investimentos diretos, etc.) e, ao mesmo tempo, é o capital de apoio que vai financiar o desenvolvimento através, por exemplo, da pesquisa, da educação e na formação de uma burocracia estatal (planejamento econômico, trabalhadores diretos incorporados à estatais, professores universitários, cargos técnicos, engenheiros, advogados, funcionalismo público em geral, etc.)<sup>20</sup>.

De certo modo, os encargos dessas funções ao capital individual comportam grandes riscos e uma magnitude de capital muito grande, razão pela qual essas funções podem ser deslocadas para o Estado, de maneira selvagem, para o benefício de uma determinada fração do capital, em detrimento de outras frações do capital ou capitalistas individuais, aumentando as contradições internas

---

<sup>20</sup> No Brasil, em situação muito semelhante (senão análoga), foi feito o chamado Plano de Metas. Este plano previa o desenvolvimento econômico e social e foi adotado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), caracterizado por investimentos estatais em infra-estrutura (transportes, principalmente) e na produção e distribuição de energia elétrica. Durante esse período

no bloco do poder, demonstrando, portanto, que o cumprimento dessas funções está diretamente relacionado a uma necessidade política (Cf. POULANTZAS, 2000, p.184-185).

Assim, tanto para Poulantzas como, de forma muito semelhante, para Ruy Fausto, as intervenções do Estado, em cumprimento a determinadas funções, são realizadas, sem dúvida, ainda que sob a lógica do interesse geral, em benefício da fração hegemônica do capital, o que demonstra a importante manifestação política do Estado na economia, no interior mesmo do sistema, em atendimento ao bloco de poder constituído pelas classes dominantes. Assim, o Estado se obriga, justamente em função das diversas contradições que são criadas, a adotar medidas políticas com proveito predominante do capital monopolista. Para Poulantzas (2000, p. 186) “esse caráter político diante das classes e frações dominantes atinge, em diversos graus, o conjunto dessas funções. Isso está muito claro na reprodução e gestão ampliada da força de trabalho, coordenada geral da reprodução coletiva do capital, mas também nas disposições do Estado que visam à desvalorização de determinadas frações do capital constante<sup>21</sup>”.

Esta desvalorização ocorre, segundo Poulantzas (2000, p. 186), constantemente no processo econômico, ora pela ação direta de certos capitais – normalmente decorrente da ação do capital monopolista – contra outros capitais – tanto em decorrência do capital não-monopolista como também do capital monopolista – através, por exemplo, de falências, absorções e concentrações. A intervenção do Estado na economia possibilita, por vezes, que parcelas inteiras do capital devam morrer a fim de que outras possam sobreviver. É a essência do capital. As formas selvagens de apropriação dos meios de produção – narrados com detalhes por Marx (especialmente a expropriação de terras pela força física

---

o PIB brasileiro cresceu 7% ao ano e a indústria se expandiu num ritmo de cerca de 13% ao ano (Cf. SANDRONI, 2005, p. 653).

<sup>21</sup> A composição do capital, do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante (o valor dos meios de produção que apenas transfere às mercadorias produzidas sem criar mais-valia) e variável (o valor da força de trabalho que sai valorizada do processo de produção, criando mais-valia). Em termos materiais, o capital constante é composto pelos meios de produção, tais como máquinas, edifícios, matéria-prima, etc., e o capital variável é a parcela do capital destinada à compra da força de trabalho, para o pagamento de salário. Ver MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Livro 1, volume 2, capítulo XXIII (A lei geral da acumulação capitalista), p. 715 e segs. Muito embora não exista, empiricamente, resultados que comprovem a concepção marxista segundo a qual haveria uma tendência decrescente da taxa de lucro com o desenvolvimento do capitalismo, é possível dizer que esta desvalorização de frações do capital constante ocorre justamente em razão desta

ou pela força das leis) – típicas da acumulação primitiva, são encobertas pelas ações do Estado na contemporaneidade, ajudando o capital monopolista de forma direta através de incentivos fiscais, por exemplo, demonstrando a abrangência da atuação do Estado e sua vinculação com as frações dominantes do capital à hegemonia política.

### 2.2.2.

#### **O uso dos instrumentos ideológicos e repressivos: o conteúdo político das funções econômicas do Estado**

Diante desta caracterização política da intervenção estatal, cabe, ainda, entender o conteúdo político dessas funções econômicas do Estado, ainda mais que as intervenções estão diretamente relacionadas com as massas populares, isto porque, diante dessas funções (a intervenção direta do Estado na economia, favorecendo determinada classe social) e, efetivamente, diante da sua atuação com medidas protetivas do capital que visam, essencialmente, sua reprodução, o Estado utiliza-se de mecanismos ideológicos e repressivos, uma vez que “é ao materializar a ideologia que o apresenta como representante do interesse geral e do bem-estar comum acima das classes, que o Estado se incumbe diretamente das funções econômicas ocultando das classes populares seu real conteúdo de classe” (CF. POULANTZAS, 2000, p. 187).

Para Poulantzas (2000, p. 188) não se pode entender o Estado, especialmente o Estado-Providência, tomando posturas de caráter meramente social, isto porque “toda uma série de medidas econômicas do Estado, muito particularmente as que se referem à reprodução ampliada da força de trabalho, *the foram impostas pela luta de classes dominadas* (grifo no original) em torno do que se pode designar sob a noção, social e historicamente determinada, de ‘necessidades’ populares”, ou seja, essas funções sociais do Estado dependem, sobretudo, do grau de mobilização popular e, por vezes, da tentativa do Estado em dissuadir, antecipadamente, o movimento de lutas populares (de classes). Diante disso, Poulantzas afirma que, independente de como foram conseguidas as reivindicações sociais, a longo prazo a concessão de determinados benefícios

---

tendência, isto porque a composição orgânica do capital tenderia a aumentar com o desenvolvimento do capitalismo e do avanço tecnológico, levando a uma queda na taxa de lucro.

estão inseridas em mecanismos que favorecem o capital e sua reprodução ampliada.

Assim é que o Estado, ao intervir diretamente na economia, o faz de forma a cumprir sua agenda política, ou seja, elaborando políticas sociais o Estado garante a acumulação do capital e perpetua a hegemonia de classe sobre as massas populares, resultando na possibilidade em afirmar que não existem funções puramente sociais do Estado às populações mais necessitadas, criando-se, na verdade, através da intervenção social – via Estado-Providência – além dos mecanismos aptos à reprodução da força de trabalho (e produção de mais-valia e sua apropriação por determinada classes social) e facilitação e desenvolvimento do consumo de massa, novas intervenções de caráter político no controle das populações<sup>22</sup>.

De fato, após décadas de “sucesso” de implantação das políticas keynesianas, em especial o Estado de bem-estar nos países centrais e o Estado desenvolvimentista nos países periféricos, é possível afirmar que no período situado entre a metade dos anos 1970 e início da década de 1980, caracterizou-se por um novo período de crise estrutural no capitalismo e, juntamente com a revolução tecnológica (informação e comunicação, principalmente, projetando novas técnicas e redução de preços) que tomou conta do cenário mundial, proporcionaram diversas alterações e redefinições com sérias implicações no processo de acumulação do capital, o qual necessitava encontrar novas formas de garantir sua reprodução. Os reflexos dessa crise foram, dentre outros, de um lado, um aumento considerável no desemprego e, de outro, conforme acentua Lévy e Duménil (2003, pp. 23-24) “desde meados dos anos 1980, a rentabilidade do capital aumentou e o controle sempre estrito dos salários e do custo do trabalho em geral fez com que esta drenagem de renda para as camadas mais favorecidas assumisse proporções consideráveis. As desigualdades patrimoniais foram restabelecidas e mesmo acentuadas, de modo que o capitalismo contemporâneo readquiriu algumas de suas características do passado.”

A consequência mais marcante (ou, uma primeira consequência observável) que se pode ter desse período é o fato de que, em função do Estado de

---

<sup>22</sup> Neste momento não será realizado um estudo mais denso sobre os diversos processos característicos da modernidade de disciplina e controle das massas. Este estudo será feito no capítulo seguinte, quando a discussão estará ultrapassando a lógica da disciplina e do controle, preponderando, pois, os processos de subjetivação que marcam a contemporaneidade.

bem-estar não ter ainda entrado num processo de implosão (que ocorre mais tarde a partir da queda dos regimes socialistas na Europa nos anos 1990), foi a necessidade de cada vez mais pessoas estarem sujeitas e reféns desse modo de produção social, uma vez que foram beneficiadas pelos programas estatais, tornando-as, de certa forma, sujeitas às conotações do processo punitivo da estigmatização.

Este período, sem dúvida, é marcado pelo enorme contingente de mão-de-obra desempregada, bem como, pelos primeiros traços da nova seletividade punitiva, qual seja, a criminalização de uma enorme massa popular de excluídos do mercado de trabalho (estratos sociais determinados e pessoas determinadas: pobres, imigrantes e jovens) que passam a ser considerados pessoas perigosas ao sistema. De certa forma começa a segmentar (fragmentar) este novo grupo de pessoas: aqueles que estão, ao menos temporariamente, incluídos no sistema e vinculados politicamente ao Estado, através do Estado-Providência ou ao Estado-Penitência (necessidade política do Estado na intervenção econômica). Lembrando Ruy Fausto, é criado um processo de regulamentação entre as classes sociais, principalmente pelo Direito do Trabalho que, ao lado das medidas caritativas do Estado de bem-estar, condicionam uma grande massa de desempregados a estarem plenamente vinculados ao Estado, principalmente pelos referenciais legais de equivalência, é dizer, àqueles que se comportam como o sistema pretende lhe é concedido o Estado social e, ao revés, àqueles que representam um contingente perigoso às relações sociais e aos aparelhos de poder lhe é concedido o Estado policial-penal.

É preciso, agora, entender o comportamento da economia e sua transformação global na década de 1990, trazendo o colapso e esgotamento dos modelos industriais taylorista e fordista de produção e a necessidade da criação de novos espaços à reprodução do capital.

### **3.3.**

#### **A criação de novos espaços à reprodução do capital**

É possível caracterizar os vinte anos que se seguiram a década de 1970 como um período de profundas mudanças e crises, caracterizando, na década de 1980, uma grande recessão, comparável (e até mesmo pior) à crise de 1930. O



que se viu, na verdade, foram os modelos de processo de trabalho que predominou durante o século XX – basicamente os modelos taylorista e fordista de produção – sendo substituídos por modelos de produção flexíveis e desregulamentados, especialmente no sentido da substituição e (ou) eliminação da produção de direitos e conquistas trabalhistas. Assim, de que forma o Estado pôde intervir – direta ou indiretamente – para manter o modo de produção social do capital e quais suas conseqüências no mundo contemporâneo?

### 3.3.1.

#### **As transformações no mundo do trabalho**

Após o término da chamada “Era do Ouro” em 1973-1975, ocorreram diversas alterações nos anos 1980, em razão do grande avanço tecnológico, da automação e dos grandes investimentos na robotização das indústrias, cujas conseqüências foram sentidas nas relações de trabalho e produção. Independente das divergências teóricas em relação a esta nova fase do capitalismo<sup>23</sup>, de fato, o que se vê é, segundo Hobsbawn (2003, p. 394), uma grande transformação no modo de produção, especialmente pelo avanço tecnológico e melhoria nas comunicações e meios de transporte que solucionou o inconveniente da necessidade de estoques, característica da produção em massa (fordista) da década de 1970, quando as ‘novas’ indústrias podiam produzir em grande quantidade.

Na verdade houve uma mescla de procedimentos, pois a produção em massa alcançada através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos, resultado do controle do tempo e dos movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista vai resultar na flexibilização da produção através da baixa quantidade de estoques e pela produção do necessário e suficiente para abastecer os vendedores, obtendo-se uma grande capacidade de variação na produção a fim de enfrentar as exigências de mudanças.

---

<sup>23</sup> Sobre esses novos processos produtivos, é importante compreender que não há unanimidade, entre os autores, em relação às suas características. Ricardo Antunes (2005, pp. 24 e segs.) explica que os novos processos do trabalho emergem quando os modelos tradicionais – especialmente o taylorista e fordista – são “substituídos” pela flexibilização da produção, utilizando-se, para tanto e principalmente, da tese de David Harvey. Por oportuno, Ricardo Antunes traz algumas considerações sobre o assunto, fazendo referências teóricas sobre diversos autores que divergem em relação aos novos padrões de busca de produtividade. Segundo ele, alguns autores, como Sabel e Piore, pioneiros da tese da “especialização flexível”, entendem que estes novos processos

O resultado disso, como observa Hobsbawn (2003, p. 395) é que no final do século XX, por um lado, os países capitalistas desenvolvidos estavam mais ricos e com uma enorme capacidade de produção, maior que no início do anos 1970 e a economia global estava imensamente mais dinâmica, e de outro, a situação de regiões como a África, a Ásia ocidental e a América Latina, tinha estagnado pela paralisação do crescimento do PIB *per capita*<sup>24</sup>, resultando num sensível empobrecimento dessa população na década de 1980.

Para David Harvey (2004, p. 140) até 1973 – quando iniciou uma profunda recessão nos países capitalistas – tinha-se no modelo fordista de produção (em massa) e na aplicação das medidas keynesianas, os mecanismos de estabilidade política e financeira da população trabalhadora. A partir de então, teve início uma série de modificações no interior do processo de acumulação que caracterizou a década seguinte (1980) como um período de incertezas, oscilações e de reestruturação econômica e reajustamento político e social: o regime de *acumulação flexível*. Para ele, este novo regime de acumulação é marcado pela ausência de rigidez do “fordismo” e se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Este regime caracteriza-se:

(...) pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados) (Cf. Harvey, 2004, p. 140).

---

produtivos são inteiramente distintos das bases fordistas, enquanto que, para outros, como Anna Pollert, não há significativa transformação no interior do processo de produção de capital.

<sup>24</sup> Para entender o cenário internacional diante desse fatos, Hobsbawn (2003, p. 295) afirma que: “Quanto às economias da área antes entendida como de ‘socialismo real’ acidental, que haviam continuado um modesto crescimento na década de 1980, desabaram completamente após 1989. Nessa região, a comparação das crises após 1989 com a Grande Depressão era perfeitamente adequada, embora subestimasse a devastação do início da década de 1990”. (...) “O mesmo não se dava no oriente. Nada era mais impressionante do que o contraste entre a desintegração das economias na região soviética e o espetacular crescimento da economia chinesa no mesmo período. Naquele país, e na verdade na maioria do sul e sudeste da Ásia, que saíram da década de

O novo regime de acumulação flexível, segundo Harvey (2004, p. 141), impõe o aumento dos níveis de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional<sup>25</sup>’), uma rápida destruição e reconstrução de habilidades, pequenos ganhos reais (salários) e o retrocesso do poder sindical, isto porque, na verdade como a acumulação flexível é uma forma de capitalismo, algumas proposições desse modo de produção se mantêm, especialmente a exploração do trabalho vivo na produção como mecanismo hábil de crescimento de valores reais, ou seja, na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Para Harvey (2004, p. 166) “o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classe pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista”.

Ricardo Antunes (2005, p. 30-31), ao analisar as propostas de David Harvey, citando-o, mostra que o desenvolvimento das novas tecnologias de acumulação flexível garantem a geração de excedentes de força de trabalho, o que possibilitou a extração da mais-valia, o desenvolvimento de práticas de trabalho informal, mesmo nos países de capitalismo avançado, tendo como conseqüências negativas, dentre outras: o trabalho organizado foi solapado, altos níveis de desemprego estrutural, retrocesso da ação sindical e o individualismo exacerbado encontrou condições sociais favoráveis.

### **3.3.2.**

#### **O cenário mundial do capital e os ciclos econômicos no último quarto do século XX**

---

1970 como a região econômica mais dinâmica da economia mundial, o termo ‘Depressão’ não tinha sentido – exceto, muito curiosamente, no Japão do início da década de 1990”.

<sup>25</sup> Conforme Sandroni (2005, p. 241) “O desemprego friccional ou normal ocorre por desajuste ou falta de mobilidade entre a oferta e a procura, quando empregadores com vagas desconhecem a existência de mão-de-obra disponível, enquanto trabalhadores desempregados desconhecem as ofertas reais de trabalho”. “O desemprego tecnológico ou estrutural origina-se em mudanças na tecnologia de produção (aumento da mecanização e automação) ou nos padrões de demanda dos consumidores (tornando-se obsoletas certas indústrias e profissões e fazendo surgir outras novas) em ambos os casos, grande número de trabalhadores fica desempregado a curto prazo, enquanto uma minoria especializada é beneficiada pela valorização de sua mão-de-obra”.

Antes mesmo de entrar na tese central de David Harvey sobre os ‘rearranjos espaciotemporais’ e ‘acumulação mediante despossessão’ (que será objeto de estudo no item 2.4.4.), é preciso trazer alguns elementos teóricos que esclareçam a necessidade e a importância do estudo do tema. Para tanto é preciso fazer uma pequena descrição analítica do cenário da produção capitalista, entender as características dos ciclos econômicos e perceber as contradições endêmicas do capital, especialmente entre excedente de trabalho e excedente de capital.

Conforme Valério Arcary (2004, p. 148-150), não seria possível pensar em estratégias de lutas com o intuito político de conquista revolucionária do poder, especialmente aquelas revoluções mais importantes ocorridas no século XX<sup>26</sup>, sem o fomento de crises econômicas, as quais resultassem em crises sociais. O que se viu, entretanto, é que, muito embora as enormes turbulências causadas pelas crises econômicas nestas localidades e por grandes períodos (temporais – anos e até décadas de crises), o capitalismo não desapareceu como modo de produção, pois para o capital “não há recessão, ou mesmo depressão, sem saída. Sempre há um saída econômica para o capital; se a sua dominação não estiver politicamente ameaçada, descarregará, de uma ou outra forma, os custos da recuperação da taxa média de lucro sobre outras classes”. O próprio autor admite (mais adiante) que, de certo modo, a herança marxista histórico-política construída em relação à natureza destrutiva do capitalismo não se confirmou, entretanto, é pertinente entender a importância da construção destes cenários em função das tendências e dos movimentos das forças existentes.

Como se viu, ao contrário das previsões ‘otimistas’ (ou pessimistas) da ‘crise final’ do capitalismo, depois da Segunda Guerra Mundial (pelo menos até meados dos anos 1970), especialmente com a implementação das políticas keynesianas, o capitalismo nos países centrais experimentou um novo e vigoroso ciclo de expansão, não sendo suficientes as crises e as guerras para destruí-lo mas, ao contrário, revitalizou-o na chamada década de ouro do capitalismo, o que demonstrou que as crises recorrentes do capital – alternando períodos de expansão e contração – são características sistêmicas no desenvolvimento histórico do

---

<sup>26</sup> Arcary cita as lutas de Petrogrado em 1917, Berlim em 1921 e 1923, Madri e Barcelona entre 1930 e 1937, a França e a Itália entre 1945 e 1948, as lutas pela independência na Índia e na China, a revolução cubana e o processo latino-americano ocorrido entre o final dos anos 1950 e início de 1960.

capitalismo, resultado da relação deste com as conjunturas sociais, políticas, econômicas e ideológicas.

Os ciclos sistêmicos estão ligados à ascensão e crise de um Estado hegemônico<sup>27</sup> no sistema mundial, especialmente no domínio do capitalismo. Como lembra Carlos Eduardo Martins, (2005, p. 70), “os ciclos representam padrões de repetição em torno de tendências seculares e evolutivas que são irreversíveis no desenvolvimento do moderno sistema mundial. Essas tendências são: no plano material, a acumulação ilimitada e, sua resultante contraditória, o descenso da taxa de lucro; e no plano superestrutural, o aumento das bases demográficas, territoriais e de legitimidade para o exercício do poder hegemônico”.

É preciso, portanto, ao estudar os ciclos econômicos ter como pano de fundo o desenvolvimento e as contradições do capital, ou seja, se, por um lado o “capital impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, com vistas à produção de uma massa crescente de valores de uso, como nunca antes ocorrido na história da humanidade; por outro, limita este desenvolvimento à necessidade de valorização do valor. Esta contradição não pode ser abolida no interior da produção capitalista, a menos que seja exigida a criação de formas sociais dentro das quais essa contradição se mova e se realize” (Cf. TEIXEIRA, 2000, p. 207).

A literatura sobre os ciclos volta a se desenvolver a partir do esgotamento da fase de ouro (até início dos anos 1970), principalmente com autores marxistas (especialmente Ernest Mandel). Conforme lembra Carlos Eduardo Martins (2005, p. 89) Mandel traz para a discussão dos ciclos – como elemento central – a taxa de lucro como indicador, o que exigirá uma revisão metodológica de suas causas e dinâmicas, isto porque “tanto em Kondratieff como em Schumpeter, o elemento central na geração dos ciclos longos era a apropriação

---

<sup>27</sup> Os ciclos sistêmicos foram teorizados a partir de estudos de alguns autores, especialmente Giovanni Arrighi, Beverly Silver e Immanuel Wallerstein. Entre estes autores há algumas divergências e, dentre elas, cabe aqui mencionar uma: a definição de hegemonia. Wallerstein impõe limites à definição de hegemonia, não ultrapassando sua dimensão econômica. No entanto, para Giovanni Arrighi (1996, p. 27-29), o conceito de hegemonia “refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”, aduzindo, ainda, que esse tipo de poder sempre implicou em algum tipo de ação transformadora que alterou o modo de funcionamento do sistema, isto porque ele está associado à dominação, ampliada pelo exercício da liderança intelectual e moral. Por fim, Arrighi afirma ainda que “um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, como isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante”. Este é um conceito mais amplo, o qual será utilizado nas considerações seguintes.

de riquezas por meio da competição intercapitalista. A inovação dava ao lucro extraordinário ou a uma renda diferencial que eram ameaçados pela difusão das inovações. (...) O lucro extraordinário não dará lugar a uma onda longa expansiva se não estiver associado à elevação da taxa média de lucro”.

Carlos Eduardo Martins (2005, p. 89-90), aponta que Mandel situou a taxa de lucro como elemento central da análise das ondas longas e com isso, afirma ele, “a fase de ascensão da onda longa é determinada por inovações radicais que: desvalorizam substancialmente o capital fixo e o capital circulante (matérias-primas e insumos produtivos de baixo valor agregado); aumentam a taxa de mais-valia e, conseqüentemente, a massa de mais-valia, ao reorganizar o processo do trabalho; intensificar a rotação do capital; e derrubam as taxas de juros ao centralizar o capital e disponibilizar o crédito abundante”.

Entretanto, afirma ele (2005, p. 90),

a partir de meados do desenvolvimento da fase expansiva da onda longa, a taxa de lucro entra em declínio. Isso ocorre em razão da elevação da composição orgânica do capital, do emprego e da demanda por matérias-primas. A pressão sobre os custos aumenta a demanda por créditos e impulsiona taxas de juros e inflação. O resultado é uma intensificação das lutas de classes e da competição intercapitalista que, em aproximadamente dez anos, derruba a taxa de lucro para níveis de recessão. A fase recessiva da onda longa se caracteriza por uma primeira parte, em que as taxas de juros permanecem elevadas e as lutas de classes intensificadas. Isso se deve à demanda de crédito para pagamento de dívidas e às resistências dos trabalhadores à racionalização e reorganização do processo do trabalho sob o comando do capital. Na segunda fase da recessão, o capital centraliza as finanças, derruba as taxas de juros e vence as resistências dos trabalhadores para introduzir inovações tecnológicas e racionalizar o processo de trabalho com inovações organizacionais. A fase recessiva geraria um subinvestimento crônico que permite disponibilizar os recursos necessários para desenvolver outra onda longa expansiva.

Carlos Eduardo Martins (2005, p. 90-92) desenvolve também uma importante consideração sobre a relação entre os aspectos tecnológicos e organizacionais, dentro da análise do desenvolvimento das ondas longas. Utiliza-se, para tanto, o suporte teórico dos neo-schumpeterianos, os quais afirmam que o paradigma tecnológico que entrelaça e impulsiona as inovações de uma onda expansiva será estabelecido na fase final da onda expansiva anterior, citando como exemplos que a introdução da ferrovia, do aço barato, da linha de montagem e do chip microeletrônico, ocorram no final da onda longa expansiva ou, no mais

tardar, nos primeiros anos da recessiva. Este desenho do desenvolvimento é importante pois é a partir de então que se verificará que o atraso das inovações tecnológicas em se transformar em um novo paradigma tecno-econômico ocorrerá em função da falta organizacional e gerencial em níveis empresariais, políticos, sociais e ideológicos, o que deverá reduzir custos de produção e elevar a produtividade e os lucros, bem como pode ser associada à concepção marxista da inclusão da taxa de lucro na análise das ondas longas.

Outra importante análise dos ciclos de Kondratieff, lembrada por Carlos Eduardo Martins (2005, p. 91) foi realizada por Theotônio dos Santos em “*La crisis norte americana y América Latina*”. Para este autor (Theotônio dos Santos), “os ciclos longos são observados a partir de inovações tecnológicas radicais que provoquem mudanças significativas na composição orgânica do capital, no exército industrial de reserva, nos níveis salariais, nas formas institucionais – concentração empresarial, centralização financeira, internacionalização do capital e intervenção estatal – e, em consequência disso, na taxa de lucro”.

Theotônio dos Santos em “Os elos perdidos de uma teoria elegante”, novamente referido por Carlos Eduardo Martins (2005, p. 92-93), afirma que a crise de longo prazo do ciclo de Kondratieff representa, na verdade, uma conjunção de diversas crises: a) a *crise de acumulação*, que está ligada ao auge econômico, no qual a difusão de tecnologias atinge seu limite máximo, resultando numa forte pressão competitiva sobre o consumo da força de trabalho, matérias-primas, maquinarias e crédito, no aumento de preço e taxa de juros e queda do lucro; b) a crise da tendência decrescente da taxa de lucro está ligada ao aumento da composição orgânica do capital para aumentar as inovações, necessitando, pois, elevar a produtividade do trabalho, acumular e centralizar capitais, surgindo a necessidade de se construir novos padrões de gestão empresarial, intervenção estatal e internacionalização do capital; c) a crise de realização está ligada ao fato de que a produção de mercadorias ultrapassa a demanda para consumi-las; d) a crise de desproporção está ligada aos desequilíbrios entre volume de produção e demanda de insumos dos setores de produção de bens de capital e de produção de bens de consumo. As crises, ou fases recessivas dos ciclos, significam, então, a convergência das diversas crises e sua superação exige uma nova interpretação institucional e organizacional.

É importante, portanto, perceber que a baixa demanda faz aumentar a acumulação em favor dos segmentos da produção de maquinarias, que se desvia do dinamismo dos bens de consumo, exigindo do Estado maior intervenção e, conseqüentemente articula-se um desenvolvimento da dívida pública. O que surge, novamente, de forma bastante clara, é o debate sobre a intervenção do Estado na economia, na tentativa de evitar a eclosão de crises sistêmicas, isto porque os ciclos de expansão e contração da atividade econômica parecem seguir, coincidentemente, aos períodos de intervenção do Estado, bastando lembrar as políticas liberais do final do século XIX e início dos século XX, as políticas anticíclicas de teorização keynesiana, implementadas no período compreendido entre meados dos 1930 e início dos anos 1970 e as políticas neoliberais implementadas a partir dos anos 1980, estando, pois, diretamente vinculadas à sobrevivência do capitalismo, a intervenção do Estado.

Toda esta análise foi possível em função, preponderantemente, da teorização dos ciclos de Kondratieff, a qual fornece um excelente instrumental analítico às considerações da conjuntura, isto porque está ligada a uma mudança de paradigma tecnológico de um determinado modo de produção, resultando, conseqüentemente, em uma enorme alteração dos modos de vida institucional, político, ideológico e econômico pois, como afirma Carlos Eduardo Martins (2005, p. 93), “os ciclos de Kondratieff são oscilações em torno das tendências seculares do capitalismo histórico, marcadas pela acumulação ilimitada”, ou seja, estes ciclos – marcados, como se viu, por expansões e recessões e medidos pelas oscilações do PIB *per capita* e da taxa de lucro – caracterizam-se por uma primeira fase expansiva de inovações tecnológicas e uma fase seguinte recessiva, marcada pela convergência das crises de acumulação, desproporção, realização e da tendência da baixa da taxa de lucro.

Cabe verificar contudo, o enorme poder de recuperação da economia capitalista que, mesmo diante das recessões provocadas, consegue reverter a situação. Como afirma István Mészáros (2002, p. 696-697), o capitalismo sempre se comportou conforme seus mecanismos de auto-regulação os quais são inseparáveis de sua formação socioeconômica e “constitui uma de suas características definidoras mais importantes como forma específica de controle social”. Esta capacidade do capital pode ser sentida na alteração do padrão tradicional de consumo para outro onde predominam os interesses do complexo



militar-industrial, o qual é fundado pela subutilização institucionalizada tanto das forças produtivas como de produtos e também pela crescente e constante dissipação ou destruição dos resultados da superprodução por meio da redefinição prática da relação oferta/demanda no próprio processo produtivo convenientemente reestruturado.

Ainda conforme István Mészáros (2002, p. 697) é a partir dessa alteração da relação entre produção e consumo que será possível ao capital livrar-se dos colapsos do passado, isto porque enquanto a relação atual entre os interesses dominantes e o Estado capitalista prevalecer e impuser com sucesso suas demandas à sociedade não haverá grandes tempestades, mas pequenas e crescentes crises em todos os lugares, possibilitando que os longos períodos de desenvolvimento produtivos fulminados (de forma anormal) por estrondosas crises (a exemplo do que ocorreu em 1929) sejam, gradativamente, alternados pela normalidade de pequenos mas lineares movimentos de crises.

### 3.3.3.

#### **Espaço e tempo à reprodução do capital**

Diante desse cenário ocorrido a partir dos anos 1970, mais especificamente a partir do início dos anos 1980, quando a dinâmica do capital encontrou sérios problemas na continuidade da acumulação por meio da reprodução expandida<sup>28</sup>, é que é possível fazer uma análise estrutural melhor do capitalismo organizado, indicando, sobretudo, que a nova redefinição espaço-temporal proporcionou, de maneira que o processo de acumulação do capital teve que encontrar novos mecanismos à sua reprodução.

Fazendo-se, então, uma pequena retrospectiva, são preciosos os elementos trazidos por Arcary (2004, p. 153-155) em um subtítulo bastante sugestivo – “O prognóstico da ‘crise final’ não passou na prova da história” – quando aponta que os limites do capital revelaram-se extremamente elásticos, principalmente pela aplicação das políticas de inspiração keynesiana que alargou o acesso ao crédito e, conseqüentemente, ao consumo de massa e garantiram o crescimento econômico com baixas pressões inflacionárias. Entretanto, a ordem

---

<sup>28</sup> A reprodução expandida ocorre mediante a apropriação de mais-valia e sua valorização na circulação

econômica construída, após Bretton Woods<sup>29</sup>, com mecanismos de regulação estatal preventivos não foram suficientes a impedir que a sociedade mergulhasse em crises regulares. Entretanto, estas crises tinham uma nova fisionomia, principalmente após o início da depressão do final do século XX, porque a fase de crescimento tinha se esgotado. Com crises menos graves, todavia, mais constantes, o cenário econômico era bastante instável, especialmente em função do endividamento público e privado e a volta das pressões inflacionárias. Para Arcary (2004, p. 156),

Destruição menos abrupta, recuperações menos vigorosas, uma longa e quase ininterrupta depressão, mas sem formas catastróficas ou seqüelas explosivas. E uma introdução mais acelerada de novas tecnologias, diminuindo o tempo de vida útil das máquinas, pela substituição dos equipamentos obsoletos, reduzindo a média decenal dos ciclos. Parecia que o capital tinha encontrado um movimento de rotação mais rápido. Mas o seu sociometabolismo perdia vitalidade e era menos intenso. Um estágio de crise crônica. Uma valorização de capitais sem nenhuma correspondência com a capacidade de realização de lucros no mundo material de venda de bens e serviços. Uma especulação febril com expectativa de ampliação dos mercados que não poderá se verificar. Em suma, uma sobreacumulação<sup>30</sup> de capitais de tal dimensão que seria inevitável a queda da taxa média de lucro.

Portanto o que se verifica, novamente, é a grande importância da posição em que se encontra o Estado, ou seja, é fundamental ao capital que o Estado esteja preparado, com os instrumentos capazes de minimizar os riscos de grandes e explosivas depressões. De certa maneira, como se percebe, o problema é gerado não tanto pela força de trabalho excedente (crescente desemprego), mas sim, e especialmente pelo capital excedente, ou seja, uma sobreacumulação, gerada por uma grande quantidade de mercadorias que não são absorvidas pelo mercado, em função de uma capacidade produtiva ociosa e a impossibilidade de que os excedentes de capital estejam investidos produtiva e lucrativamente. Neste sentido é que David Harvey (2003) aponta que este final do último século pode

<sup>29</sup> A Conferência de Bretton Woods é “o nome pelo qual ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, Estados Unidos), com representantes de 44 países, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. Os acordos assinados em Bretton Woods tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)” (Cf. SANDRONI, 2005, p. 176).

<sup>30</sup> A sobreacumulação ocorre, por exemplo, quando há, num determinado território, um crescente desemprego e excedente de capital

ser comparado aos anos 1930, quando os excedentes de mercadorias não podiam ser vendidos e o desemprego atingia níveis muito elevados.

Para István Mészáros (2002, p. 675), a expansão do consumo no modo de produção capitalista é um dos aspectos mais significativos e uma conquista real da vitória civilizadora da propriedade mobiliária, uma vez que é o próprio capital que impulsiona o trabalhador ao consumo, criando e instigando-os a novas necessidades, demonstrando todo seu poder. Com isto e a partir da idéia de que o capital é, endêmica e permanentemente destrutivo, István Mészáros desenvolve a tese da “taxa de utilização decrescente no capitalismo”<sup>31</sup> do valor de uso<sup>32</sup> das coisas. Para ele, “no curso da história, avanços na produtividade inevitavelmente alteram o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados tanto os bens a serem consumidos como os instrumentos com os quais serão produzidos”, ou seja, estes avanços “afetam a própria natureza produtiva, determinando, ao mesmo tempo, a *proporção* segundo a qual o tempo disponível total de uma dada sociedade será distribuído entre a atividade necessária para o seu intercâmbio metabólico básico com a natureza e todas as outras funções e atividades nas quais se engajam os indivíduos da sociedade em questão” (2002, p. 639).

Esta taxa de utilização decrescente, como Mészáros explica, está implícita nos avanços realizados pela própria produtividade, manifestando-se na *proporção variável* segundo a qual uma sociedade tem que alocar quantidades determinadas de seu tempo disponível total para a produção de bens de *consumo* rápido (por exemplo, produtos alimentícios), em contraponto aos que continuam

---

<sup>31</sup> Esta tese está desenvolvida no Capítulo 15 da obra “Para além do Capital” (2002, p. 634).

<sup>32</sup> Sandroni (2005, p. 874) afirma que, para Marx, diferentemente de Adam Smith que via no valor de uso como a utilidade de um objeto, “o valor de uso não é concebido como uma categoria natural, mas como uma categoria específica da economia política. No âmbito da produção capitalista o valor de uso assume determinações sociais específicas, que configuram sua função no interior da produção e da circulação do próprio valor de troca. A relação entre o valor de uso e o valor de troca é uma relação de subordinação. O valor de uso constitui o ‘suporte material’ do valor de troca. O valor criado no processo produtivo deve transformar-se em valor de troca mediante sua realização no mercado. Isso, no entanto, só é possível se o valor produzido estiver incorporado num conjunto de valores de uso que correspondam à necessidade social. No caso da produção capitalista, necessidade social quer dizer necessidade do capital, que é o conjunto dos valores de uso que servem para reconstituir os elementos materiais do capital constante (meios de produção) e do capital variável (meios de subsistência) que foram consumidos na produção. Além disso, deve permitir o alargamento da própria produção, mediante a transformação de uma parte da mais-valia em capital constante acrescentado e capital variável acrescentado. Isso demonstra que, no modo de produção capitalista, o produto social não se destina às necessidades do homem, mas corresponde às necessidades do capital”.

*utilizáveis* (isto é, reutilizáveis) por um período de tempo maior: uma *proporção* que obviamente tende a se alterar em favor dos *últimos* (2002, p. 639-640).

Contudo, a tese de Mészáros sobre a taxa de utilização decrescente é desenvolvida, como ele mesmo aponta (2002, p. 640), no sentido de que este processo, típico do avanço produtivo, seja revertido na forma “em que a ‘*sociedade dos descartáveis*’ encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder ‘*consumir*’ artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis*”.

Desse modo, a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados ‘*bens de consumo duráveis*’ que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os ‘cemitérios de automóveis’ etc.) muito antes de esgotada sua vida útil. (Cf. MÉSZÁROS, 2002, p. 640)

É neste sentido que esta tendência da taxa de utilização decrescente foi incorporada ao sistema produtivo do “capitalismo avançado” através, sobretudo, do chamado consumo destrutivo, especialmente, pelo complexo industrial-militar, em função do limitado tempo de vida útil das mercadorias as quais, para tanto, necessitam da criação de guerras para serem consumidas e isto expõe uma das faces mais impressionantes do capital pois se, de um lado, há uma enorme produção, de outro, se não houver consumo (demanda suficiente) o próprio capital põe em movimento forças produtivas<sup>33</sup> e destrutivas capazes de superar crises em função da criação de locais de expansão à superação dos impedimentos que surgem.

A visão que devemos ter (ou que somos levados a ter) é sempre no sentido de que este crescimento da produção e do consumo poderia significar desenvolvimento, entretanto, seguindo a orientação de Marx, a retirada de mais-

---

<sup>33</sup> Sandroni (2005, p. 352) explica que forças produtivas são “forças naturais (inclusive o próprio homem) apropriadas pelo homem para a produção e reprodução de sua vida social. A parte material das forças produtivas, isto é, os instrumentos e os objetos de trabalho, constituem a base material e técnica da sociedade. A principal força produtiva, no entanto, é o próprio homem, que cria instrumentos de trabalho cada vez mais poderosos, aperfeiçoa seus objetos de trabalho e combina ambos no sentido de ampliar constantemente a produção. Isso significa que as forças produtivas tendem a crescer constantemente. Essa expansão opera modificações nas relações de produção e no modo de produção. Assim, a determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas correspondem determinadas relações de produção”.

valia está ancorada no desenvolvimento das forças produtivas e exige uma correspondente ampliação no círculo de consumo, ampliando a quantidade de consumo, criando e produzindo novas necessidades e criando novos valores de uso, entretanto, como diz Mészáros (2002, p. 677) “o resultado positivo dessa interação dialética entre produção e consumo está muito longe de estar assegurado, já que o impulso capitalista para a expansão da produção não está de modo algum necessariamente ligado à *necessidade humana* como tal, mas somente ao imperativo abstrato da ‘realização’ do capital” (grifo no original).

Logo em seguida, Mészáros 2002, p. 677-678) faz um longa citação de Marx explicando seu modo de ver a “realização” do capital, ou o modo pelo qual o capital se auto-realiza, especificamente pela interação dinâmica entre produção e consumo. Ao interpretar a citação de Marx, Mészáros entende que do ponto de vista do valor de troca em auto-expansão, a alternativa seria abortá-la antes que debilite de forma irremediável o poder de controle global do capital, implicando na necessidade do capital encontrar estratégias de realização que não só superem as limitações imediatas da demanda flutuante do mercado, mas também tenham êxito em se desembaraçar radicalmente dos constrangimentos estruturais do valor de uso como algo subordinado à necessidade humana e ao consumo real.

Alcançado este objetivo, ou seja, assegurado o desenvolvimento às custas das grandes contradições internas do capital, “este tipo de mudança estrutural no ciclo de reprodução capitalista, não prevista por Marx, é realizado pelo deslocamento radical da *produção genuinamente orientada para o consumo destrutivo*”. Fica nítida a posição de Mészáros quando afirma que, no nível do sistema produtivo capitalista, consumo e destruição são equivalentes funcionais no processo de ‘realização’ capitalista (Cf. Mészáros, 2002, pp. 678-679).

Neste sentido, portanto, o modo de produção capitalista dá mostras de ser um sistema ilimitado e incontrolável à sua expansão, isto porque o capital ao encontrar um equivalente funcional que melhor lhe assegure sua expansão, deverá optar por aquela que melhor se adequie à sua configuração estrutural<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Mészáros (2002, p. 679) diz que o capital sempre segue a *linha de menor resistência*, ou seja, ao encontrar uma linha de ação que lhe seja mais favorável à sua expansão, “o capital deve optar por aquela que esteja mais obviamente de acordo com sua configuração estrutural global, mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que necessitaria o abandono de práticas bem estabelecidas”, assim, é que o caminho do capital à sua expansão e

### 3.3.4.

#### **A produção industrial militar e a necessidade do “consumo destrutivo.**

Diante de todas estas circunstâncias, surgem questionamentos sobre as possibilidades de realização do capital, é dizer, da necessidade da discussão transitar sobre o modelo capitalista de produção e duas conseqüentes frentes de atuação: de um lado, com criação de novos espaços à reprodução do capital e, de outro, nos mecanismos estruturais (políticas públicas na busca de melhores condições de trabalho, alimentação, saúde, habitação, educação, etc.) e institucionais (polícia e parlamento) do Estado no controle social.

Com isto, objetiva-se compreender como as novas diretrizes globais de política econômica podem compor um cenário de acumulação e expansão do capital, controle, exclusão e barbárie social, isto porque, como se viu, o Estado, tão necessário às consecuições e interesses do capital, principalmente para manter a ordem e garantir o pressuposto da constante acumulação, assume sua posição de garante com todo o aparato repressivo, utilizando-se do monopólio do uso da força e violências (institucional e estrutural) para manter as desigualdades, o controle social do desvio e as relações de subordinação, provocadas às camadas mais vulneráveis da sociedade.

Alguns questionamentos já puderam ser respondidos, entretanto outros ainda não, especialmente como e por que o capital se utiliza das crises de sobreacumulação a fim de realizar seus propósitos, ou seja, diante das diversas crises provocadas pelas próprias contradições internas do modo capitalista de produção, qual (ou quais) a(s) verdadeira(s) necessidade(s) de se ter um aparato policial-militar cada vez maior e quais são as formas de interferência no sistema político ao aumento, ou ao crescimento do complexo militar-industrial, sabendo-se, entretanto, da característica fundamental do capital, qual seja, sua ilimitada e incontrolável tendência de expansão em função do que Mészáros denomina de “linha de menor resistência”.

---

necessidade de constante acumulação, sempre procurará um caminho onde ele encontre menos resistência.

Rosa Luxemburgo, antes mesmo de eclodir a Primeira Guerra Mundial, em 1913, percebeu o significado e a tendência preponderante do consumo pela destruição através da produção militarista<sup>35</sup>, isto porque, à realização capitalista importa a forma como são implementados os procedimentos, ou seja, não em função de qualquer alteração do modo de produção mas porque, como afirma Mészáros (2002, p. 679), se torna economicamente mais flexível e dinâmica a produção, “assim como ideologicamente menos transparente” e ao mesmo tempo, “politicamente menos vulnerável”. Esta “produção destrutiva” permite uma maior agilidade na circulação do capital e, conseqüentemente, uma continuidade na acumulação, especialmente pela redução do limite na utilização (ou vida útil) das mercadorias, ou seja, no seu valor de uso.

(...) *em princípio*, enquanto for verdade que o desenvolvimento da produção capitalista “exige que o *círculo de consumo*, no interior da circulação se *expanda* como o fez previamente o círculo produtivo”, um equivalente funcional preferível estará à disposição do capital na forma de *aceleração* da velocidade de circulação dentro do próprio círculo de consumo (aumentando o número de transações no círculo *já existente*), em vez de embarcar na aventura mais complicada e arriscada de alargar o próprio círculo. (Cf. MÉSZÁROS, 2002, p. 680)

Assim é que, diante do aumento da velocidade da circulação do capital através desse tipo de consumo (destrutivo) e diante da formulação de Karl Marx sobre a composição orgânica do capital (relação entre o valor do capital constante e do capital variável, ou seja, quanto maior a composição orgânica do capital menor será a taxa de lucro), pode-se dizer que a taxa de lucro varia na razão direta da taxa de mais valia e da rotação do capital. Percebe-se, pois, que há uma ampliação das possibilidades de acumulação e expansão do capital em função, inexoravelmente, das redefinições temporais do capital.

Foi o complexo militar-industrial o instrumento que conseguiu romper com a suposta impossibilidade de combinar a máxima expansão possível com a taxa de utilização mínima. As estratégias adotadas pelas políticas anticíclicas de teorização keynesiana figuram apenas como complementares ao dinamismo expansionista. Mészáros (2002, p. 686) nos prodigaliza que não há qualquer uniformização no desenvolvimento do complexo militar-industrial dos países de capitalismo avançado, por duas razões: a primeira porque persiste a chamada lei

<sup>35</sup> Ver: LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Volume II, São Paulo: Abril, 1984.

de desenvolvimento desigual e, a segunda, porque algumas condições extra-econômicas foram impostas pelos países vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, ao Japão e à Alemanha, pelo menos por algum tempo, ficando (estes países) limitados pelos tratados de paz por eles firmados, em suas possibilidades de rearmamento<sup>36</sup>. Contudo, afirma Mészáros (2002, p. 687), estas considerações também servem a todos os países capitalistas, pois há uma grande dependência dos países capitalistas no desenvolvimento e na contínua expansão do complexo militar-industrial estadunidense.

David Harvey (2003) analisa este fato a partir da idéia de capital excedente e a necessária destinação (consumo ou destruição) desse capital, ou seja, tudo isso decorre de uma grande necessidade do capital buscar espaços à sua expansão, tendo o Estado como um parceiro da acumulação capitalista (especialmente na acumulação originária). Explica ele que, desde dos anos 1970, o capitalismo globalizado produziu o problema da sobreacumulação e, a partir daí seguiu na tentativa de absorver esses excedentes, evitando as já referidas desvalorizações (ou destruições) de capital, bem como o excesso de trabalhadores (força de trabalho), necessitando do que ele chamou de *ordenação espaço-temporal*<sup>37</sup>, ou seja, a expansão geográfica e a organização temporal, uma vez que os investimentos (infra-estrutura física, redes de transporte, comunicação, educação, pesquisa, etc.) são de retorno de longo prazo, isto porque levam muito tempo para voltarem à circulação inicial.

De uma forma geral esta idéia de Harvey significa que o capitalismo tenta encontrar mecanismos de absorção dos excedentes através de grandes

<sup>36</sup> István Mészáros (2002, p. 686) afirma que, na verdade, após o domínio norte-americano na posição hegemônica do complexo militar-industrial, o qual foi seguido pela Grã-Bretanha, França e Itália, o desenvolvimento econômico de Japão e Alemanha no pós-guerra dependeu do desenvolvimento da atividade industrial bélica. Ele menciona três fatores que favoreceram esta expansão: a) pelas novas alianças militares, Japão e Alemanha puderam expandir sua indústria bélica em quase todos os setores, exceto em relação às armas nucleares; b) Japão e Alemanha participaram direta e indiretamente do desenvolvimento da indústria bélica norte americana através das pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico, fundamentalmente pela modernização da indústria e encomendas militares diretas (especialmente para utilização durante a Guerra da Coreia); e c) diante da interligação entre as economias capitalistas ocidentais e os Estados Unidos e em função da enorme dependência que foi criada pela complexo militar-industrial, várias economias dependem do orçamento norte-americano e de sua capacidade de sustentar um grande nível de produção de armamentos.

<sup>37</sup> Harvey (2003, p. 98/99) utiliza a expressão “ordenação” em dois sentidos: primeiro, num sentido material no qual “certa parcela do capital total fica literalmente ordenada/fixada em termos de terra e na terra em alguma forma física por um período de tempo relativamente longo” e, segundo, num sentido metafórico, ou seja, “um tipo particular de solução de crises capitalistas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica”.



investimentos em projetos de capital de longo prazo ou pelo deslocamento espacial com a abertura de novos mercados. Entretanto, explica Harvey (2003, p. 99), esta *ordenação espaço-temporal* gera uma incontornável e constante contradição em função de que esta produção de espaço, esta nova organização de divisões territoriais do trabalho, a criação de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas, apesar de proporcionarem importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e de trabalho, ameaçam os valores já fixados no lugar que ainda não foram realizados. Assim é que a chamada *ordenação espaço-temporal* serve exatamente para que os excedentes (de capital) de um determinado local, que não possam ser absorvidos internamente – através de ajustes geográficos ou gastos sociais – sejam remetidos a lugares que possam ser realizados.

Há, entretanto, uma nova série de contradições com a adoção destas transformações espaço-temporais, como explica Harvey (2003, p. 100), pois com o intuito de evitar a desvalorização, determinado território envia seus excedentes (de capital e de trabalho), que não puderam ser absorvidos internamente, a outros mercados, os quais deverão possuir meios de pagamento (como ouro, reserva de moeda ou mercadorias negociáveis) e o problema da sobreacumulação está solucionado apenas a curto prazo, pois o que houve foi apenas substituição de mercadoria por dinheiro<sup>38</sup>. Cabe aqui, por longo que possa parecer, uma diagnóstica consideração de David Harvey (2003, p. 112-113):

O quadro geral que surge, por conseguinte, é de um mundo espaço-temporal entrelaçado de fluxos financeiros de capital excedente com conglomerados de poder político e econômico em pontos nodais chave (Nova York, Londres, Tóquio) que buscam seja desembolsar e absorver os excedentes de maneiras produtivas, o mais das vezes em projetos de longo prazo numa variedade de espaços (de Bangladesh ao Brasil ou à China), seja usar o poder especulativo para livrar o sistema da sobreacumulação mediante a promoção

<sup>38</sup> David Harvey (2003) explica, no Capítulo 3 “A opressão via capital” – como ocorre esta ordenação espaço-temporal e suas contradições, ou seja, suas conseqüências destrutivas (típicas do modo de produção capitalista), trazendo, inclusive, exemplos de ordenação espaço-temporais ocorridas nos séculos XIX envolvendo países como a Inglaterra, a Índia e a China, ou ainda nas transações entre a Inglaterra e a Argentina, também no século XIX, e os excedentes do comércio japonês que, durante os anos 1990 foram absorvidos por meio de empréstimos aos Estados Unidos para apoiar o consumismo de bens japoneses. Entretanto, para os fins de nossa pesquisa é importante fixarmo-nos nas saídas da situação de sobreacumulação dada pelo capital, razão pela qual utilizaremos a exposição de Harvey no Capítulo 4 da mesma obra. Ver, portanto, Harvey (2003, pp. 98-105) e (2003, pp. 115-149).

de crises de desvalorização em territórios vulneráveis. São sem dúvida as populações desses territórios vulneráveis que têm de pagar o preço inevitável em termos de perda de ativos, perda de empregos e perda de segurança econômica, para não mencionar perda de dignidade e de esperança. E por meio da mesma lógica que requer que os territórios vulneráveis sejam os primeiros a ser atingidos, assim também são tipicamente as populações mais vulneráveis desses territórios que suportam o principal ônus que sobre eles recair. Foram os pobres das regiões rurais do México, da Tailândia e do Brasil que mais sofreram com as depreciações causadas pelas crises financeiras dos anos 1980 e 1990. Conclui-se, pois, que o capitalismo sobrevive não apenas por meio de uma série de ordenações espaço-temporais que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administradas como remédio corretivo daquilo que é em geral descrito como o descontrole fiscal dos países que contraem empréstimos.

(...) Mas, como Joseph Chamberlain descobriu, é politicamente muito mais fácil pilhar e degradar populações distantes (em particular as que são diferentes em termos raciais, étnicos ou culturais) do que enfrentar no plano doméstico o avassalador poder da classe capitalista. O lado sinistro e destrutivo da ordenação espaço-temporal como remédio para o problema da sobreacumulação torna-se um elemento tão crucial na geografia histórica do capitalismo quanto sua contraparte criativa de construção de uma nova paisagem para acomodar tanto a acumulação interminável do capital como a acumulação interminável do poder político.

Para superar tudo isso Harvey lembra, primeiramente, como Marx descreveu os processos de acumulação primitiva (ou originária) através, é claro, do amplo apoio do Estado, em função do seu monopólio do uso da força (violência institucional) e de suas definições da legalidade (violência estrutural) e, depois, aponta suas conseqüências de homogeneidade (similaridade) de como está acontecendo hoje. Afirma ele (2003, p. 121):

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual).

Vê-se, com isso, as conseqüências desse processo de proletarização, caracterizado pela “necessária” imposição de compatibilidade entre trabalho e capital, ou seja, os mecanismos à reprodução do capital permanecem como antes

(a mais importante foi a privatização das terras e a expulsão violenta dos camponeses, com a conseqüente formação do proletariado sem terra), muito embora tenham sido criados alguns mecanismos de acumulação inovadores, especialmente o domínio pelo capital financeiro ou no que François Chesnais (2003) vai denominar de “regime de acumulação com dominância financeira”, no qual vai predominar a acumulação significativa de *capital fictício*.

Os efeitos deste novo regime de acumulação<sup>39</sup> continuam muito semelhantes àqueles preconizados por Marx, sobretudo porque o sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram grandes trampolins de predação, fraude e roubo. Para Harvey (2003, p. 122) “a forte onda de financialização, domínio do capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório”. Muito embora a existência das crises que ocorreram a partir dos anos 1970, que se prolongaram nas décadas subseqüentes, tenham sacudido muito mais a periferia mundial e poupado o centro do capitalismo (especialmente Estados Unidos e os países ocidentais da Europa), verifica-se uma aparente nova fase desse capitalismo a partir do desenvolvimento e evolução tecnológica daquilo que se convencionou chamar de *nova economia*, marcando também a retomada e o desenvolvimento das instituições financeiras (Gérard Duménil e Dominique Lévy (2003, p. 15).

Os objetivos da *nova economia* foram alcançados através de diversas medidas econômicas nada convencionais: “valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, prisioneiros da dívida, para não dizer nada a respeito da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações de crédito e das ações” (CF. HARVEY, 2003, p. 123).

Harvey (2003, p. 123) cita ainda diversos mecanismos contemporâneos de “acumulação por espoliação” que, como no passado, se utilizam do Estado para impor esses processos, como: o patenteamento e

---

<sup>39</sup> Para David Harvey, como o processo de acumulação “primitivo” ou “originário” está em andamento, ele prefere chamá-lo de “acumulação por espoliação”.

licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de outros materiais que foram utilizados por populações inteiras no desenvolvimento desses materiais; a biopirataria e a pilhagem de estoques de recursos genéticos em benefício das grandes indústrias farmacêuticas; a destruição de recursos ambientais globais e a degradação de vários habitats, resultando na mercadificação da natureza; a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual; a corporativização e privatização de bens públicos como as universidades ou as águas (como novas formas de privatização das “terras comuns”); a flexibilização dos direitos trabalhistas, etc.

É de se pensar, portanto, como a chamada crise de sobreacumulação se relaciona com a acumulação por espoliação. Ocorre que este tipo de acumulação faz liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo baixo, favorecendo aos excedentes de capital (característicos da sobreacumulação) apossar-se desses ativos. Uma dessas formas de apossamento é a privatização<sup>40</sup>. Foi a partir de 1979, com a chegada ao poder na Inglaterra da Primeira Ministra Margaret Thatcher e, logo depois, com a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos, que a versão político-econômica neoliberal iniciou sua orientação estatal no sentido de abandonar o estado de bem-estar social e ingressar, definitivamente, na lógica do mercado e da acumulação de capital, especialmente com os dois ícones mandamentais neoliberais: as privatizações e a liberalização do mercado.

Fazendo uma relação entre as posições neoliberais e a chamada “acumulação por espoliação”, percebe-se que a expropriação das terras comuns se deu, agora, através da apropriação dos ativos pelo capital sobreacumulado, ou seja, conforme orienta Harvey (2003, pp. 130-131) os “ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema da sobreacumulação, ao menos por algum tempo.”

A partir dessas apropriações de ativos de propriedade do Estado pela iniciativa privada, foi desencadeado um grande movimento de descobertas de

---

<sup>40</sup> Harvey (2003, p. 124) cita várias formas, além das privatizações, dentre elas: o colapso da União Soviética e a abertura da China; injetar matérias-primas baratas (como o petróleo) no sistema a fim de que os custos dos insumos sejam reduzidos e os lucros aumentados; a desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho, os quais podem ser vendidos a preço baixo e reciclado com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado.

lugares próprios à acumulação via espoliação no mundo inteiro (inclusive no Brasil), desde a liquidação de empresas públicas, passando pela reprogramação de instituições, como as universidades, chegando à privatização de serviços essenciais como da água, energia elétrica, telecomunicações, transporte, etc., bem como na transformação em ativos dos próprios recursos naturais, como as florestas, matas, as águas, as terras, que, simbolicamente, parecem utilizar-se dos mesmos mecanismos mais predatórios das origens do capitalismo.

Partindo-se, portanto, da produção industrial militar e da necessidade do “consumo destrutivo”, passando pelas estratégias de realização do capital (especialmente na busca de arenas próprias à sua expansão) especificamente pela interação dinâmica entre produção e consumo, surge uma das mais impressionantes facetas do movimento neoliberal: a privatização do controle da violência. Os nichos desse mercado são os mais variados possíveis: desde a privatização dos presídios, passando pelo comércio de utensílios de controle de pessoas (há, em vários locais e em anúncios de jornais, instrumentos como algemas com rastreadores, chips identificadores, etc.), de ambiente (celas móveis – “containers”), de monitoramento, etc. que, pelo avanço tecnológico e pela corrida contra o denominado crime organizado, foram necessários o aparelhamento das polícias (computadores, veículos, armamentos, treinamento de pessoal, câmeras de vigilância, etc.), chegando à venda dos órgãos daqueles condenados à morte.

Mesmo sendo o Estado, supostamente, o detentor do monopólio do uso da força como capacidade punitiva, o que se vê, em realidade, é um aumento (expansão) das formas de controle privado na gestão da violência e a necessidade de se ter matéria-prima (e o cárcere cumpre fielmente esta função) para este mercado do controle. De certo modo, há uma camada de excluídos que servem, primordialmente a esta finalidade. É a nova descoberta: os presos, ou aqueles que estão submetidos ao “olho vivo” do Estado, por meio de medidas de acompanhamento judicial penal<sup>41</sup>, tornam-se verdadeiros ativos de propriedade do Estado que podem ser (e estão sendo) submetidos à apropriação por espoliação, através do capital sobreacumulado.

---

<sup>41</sup> No Brasil, por exemplo, há alguns sistemas como o chamado “período de prova” no caso dos crimes de menor potencial ofensivo, em que o indivíduo fica sujeito a uma fiscalização do Estado. Ver artigo 89, parágrafos 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> da Lei n<sup>o</sup> 9.099/95, que tratam, exatamente, das condições à suspensão do processo ante a fiscalização do Estado.

### 3.4

#### O mercado da violência

O que se viu, até aqui, foram as conseqüências dos processos de globalização do capital<sup>42</sup> em especial aquelas resultantes dos mecanismos das políticas macro-econômicas dos Estados, as quais proporcionaram (e continuam proporcionando), cada vez mais, a exclusão social de grandes camadas da população, ou seja, isto foi possível em função da deflagração do fenômeno da mercantilização dos direitos sociais e que tem reflexos diretos na estrutura da Segurança Pública das sociedades.

Como fazer e qual relação é possível ser feita entre os efeitos das políticas econômicas neoliberais (a sobreacumulação de capital e a criação de novos espaços à acumulação de capital, etc.) como o desemprego em massa, a pobreza, as privatizações com o encarceramento de grandes massas populacionais? As conseqüências desses processos estarão alinhadas nos próximos capítulos, entretanto é possível perceber que diante das contradições internas do modo de produção capitalista (tendente a gerar crises com resultados predatórios) o próprio sistema, a partir dos anos 1990, conseguiu impor um sentimento, relativamente homogêneo, que tomou conta do mundo ocidental, no sentido de terem triunfados os pressupostos políticos e econômicos liberais.

A busca do *capital* por espaços próprios à sua reprodução – diante da crise de sobreacumulação – foi encontrado, além de outros, nas privatizações dos ativos públicos, isto porque a acumulação por espoliação possibilitou o surgimento de um conjunto de ativos a custo muito baixo, favorecendo, assim, que os excedentes do capital (sobreacumulação) de um lugar pudessem se apossar desses ativos e encontrar emprego lucrativo onde estas possibilidades ainda não tinham se exaurido.

É exatamente desta forma – privatizações e liberalização do mercado – que o sistema penal, sob a proteção do Estado<sup>43</sup>, ingressa na lógica do mercado e

---

<sup>42</sup> No dizer de François Chesnais (1996), pela “mundialização do capital”, que usa esta terminologia para evitar a idéia de homogeneidade dos processos de reprodução ampliada.

<sup>43</sup> É bom lembrar aqui que apesar da propositura neoliberal em diminuir as fronteiras do Estado moderno, “o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio do Estado

da acumulação do capital, num ciclo interminável de violência estrutural (pelo capitalismo globalizado), institucional (pela violência policial e legal) e a conseqüente violência social (pela exclusão social, pela exclusão ao mercado de trabalho, pela impossibilidade de aderir ao mercado de consumo, etc.). Assim, quando o Estado entrelaça suas ações com interesses privados favorece ao surgimento da acumulação por ele subsidiada, pois:

a) de um lado, o Estado capitalista, principalmente a partir dos anos 1973, inicia uma longa caminhada às crises de sobreacumulação e a solução foi, a partir do final da década de 1980, permitir o surgimento da privatização dos ativos públicos e a descoberta de novos nichos (locais) de aplicação dos excedentes de capital, submetendo os interesses públicos às perversidades da acumulação capitalista.

b) de outro, as estruturas econômicas impostas pelo *capital*, induzem e remetem grandes massas da população à proletarização, “obrigando” o Estado, enquanto produtor de violência (tanto estrutural – pela reprodução da desigualdade social – como institucional – pela atuação do aparato repressivo estatal), lançar mão de seu mecanismo de controle social mais violento: o sistema penal.

A contrapartida oferecida pelo Estado ao mercado é o oferecimento da matéria-prima essencial à exploração da indústria da violência: o ser humano excluído. Fomentada por duas vertentes, uma pública, outra privada, a indústria da violência possibilita, através dos mais diversos e modernos mecanismos de controle (como as câmeras de vídeo, privatização dos presídios, informatização do controle prisional, aquisição de veículos – motos, carros, caminhões, helicópteros, aviões – armamentos, suprimentos, investimento tecnológico, treinamento e contratação de pessoal, etc.) um enorme investimento público no setor, significando que realmente há uma grande tendência de que a taxa de utilização das mercadorias seja decrescente sobretudo do chamado capital destrutivo, oportunizado pelo complexo industrial-militar.

Os investimentos em Segurança Pública<sup>44</sup>, especificamente aqueles destinados a conter a violência (neste caso a violência é aquela produzida pelas

---

(Cf. MÉSZÁROS, 2003, p. 29), comprovando a necessidade da chamada “ajuda externa” para a reprodução do capital.

<sup>44</sup> É bom ressaltar, neste instante, que o Brasil, apesar de não ter qualquer tradição em participar de guerras internacionais, promove, na relação interna, algumas guerras como, por exemplo, contra o

classes sociais não desejadas e não a violência estrutural ou institucional do Estado), gera um maior aparato instrumental do sistema penal de controle, proporcionando a captação de um enorme contingente de pessoas submetidas ao sistema, o qual servirá como matéria-prima à produção.

Sob o signo da iniciativa privada, o controle da violência mostra-se extremamente sedutor e lucrativo como novo espaço à expansão do capital, especialmente pela possibilidade do surgimento de empresas que prestam serviços de segurança. Não se pode afirmar que exista uma relação direta entre o aumento da exclusão social com o crescimento da população carcerária, entretanto, é perfeitamente possível relacionar as dinâmicas das relações de produção influenciando a produção normativa de combate a violência, ou seja, ultrapassando a lógica do internamento e do disciplinamento para a lógica de um controle e proletarização das classes excluídas, o sistema penal dá mostras de que o controle da violência torna-se, a passos largos, um grande negócio, desde o ponto de vista da acumulação por espoliação (pela utilização do capital excedente através do consumo destrutivo), como também do ponto de vista da violência estatal em produzir matéria-prima ao sistema.

Por fim, o sistema de controle da violência atinge um outro objetivo, qual seja, a criminalização das condutas, possibilitando o controle e a exclusão dos excedentes, dos consumidores falhos, daqueles que não fazem diferença à produção econômica, isto porque, a partir do momento que estes estão excluídos do sistema econômico (social) estarão possivelmente incluídos no sistema de controle de violência global e poderão se tornar humanos úteis sob o ponto de vista do *capital*: podem gerar lucros e expandir o capital.

---

tráfico ilícito de entorpecentes, contra os movimentos sociais (especialmente os MST), contra a violência urbana, especialmente aquela produzida por ações típicas da chamada criminalidade juvenil (crimes patrimoniais contra residências, automóveis, “arrastões nas praias do Rio de Janeiro”, etc., ou seja, as guerras contra os chamados inimigos comuns internos) e utiliza-se destes fatos e movimentos para, com isso, terem o discurso próprio para equipar a polícia e as estruturas de poder responsáveis ao combate ao crime (normalmente dito “crime organizado), gerando um enorme contingente de pessoas presas. É a partir desse mercado (o da violência) que o Estado distribui recursos públicos e cria novas condições (locais) à apropriação dos ativos públicos pelo capital privado, especialmente à aplicação dos excedentes de capital, tais como: treinamento de pessoal, compra de equipamentos (viaturas, armamentos, etc.), privatizando presídios (hoje a privatização do sistema prisional ocorre de diversas formas, das quais pode-se destacar duas: uma com a privatização de toda a estrutura carcerária e outra possibilitando que empresas privadas exerçam funções públicas dentro dos presídios – vigias, revistadores, administrativos, etc.).